



Plano Diretor Decenal de 1992: subsídios para sua revisão - 2005

**N° 20051203
Dezembro - 2005**

IPP e SMU/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

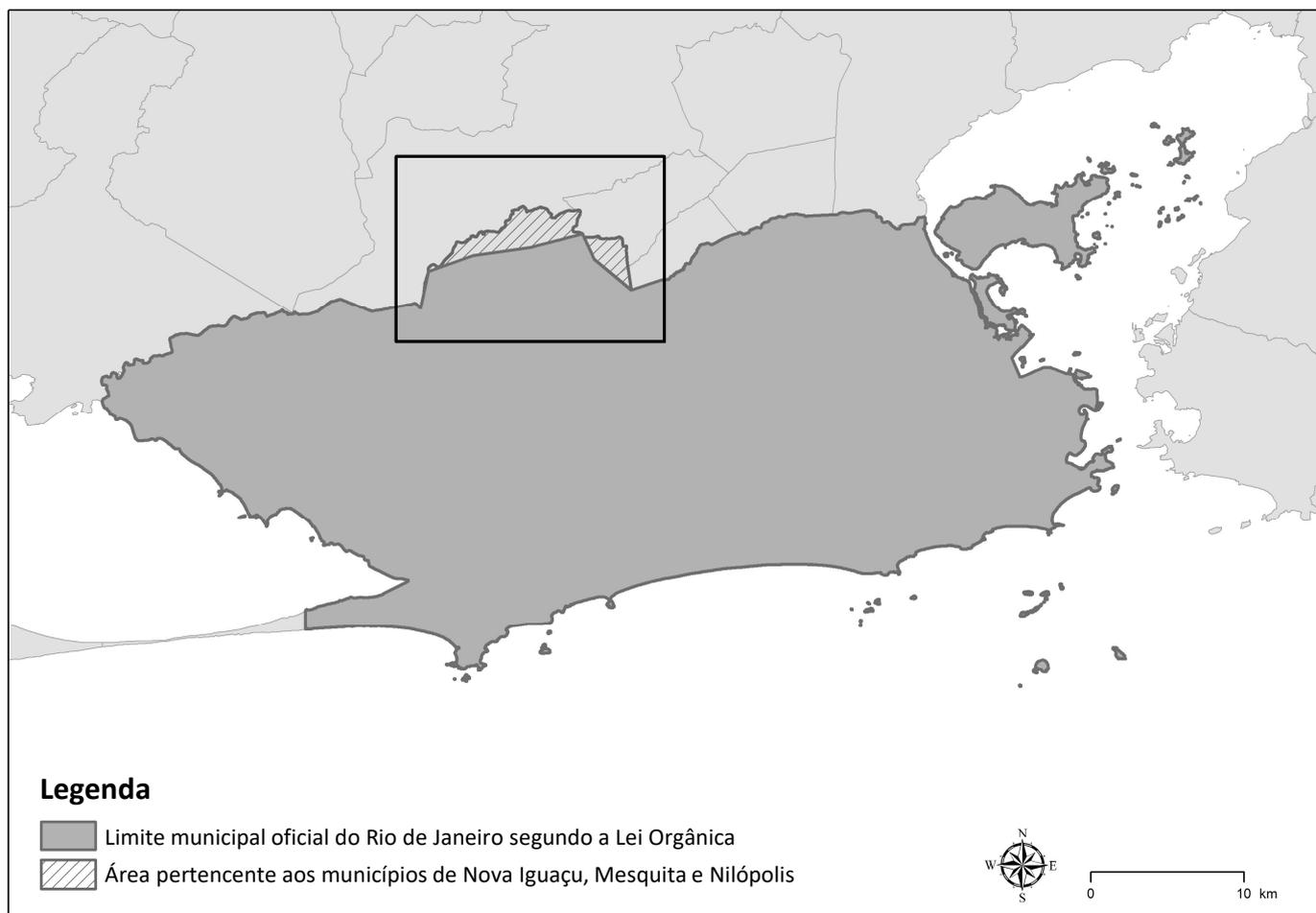
ERRATA

A partir de reuniões técnicas realizadas entre o Instituto Pereira Passos e a Câmara Metropolitana (Governo do Estado do Rio de Janeiro), no âmbito do projeto para a confecção de um Mapa da Região Metropolitana, foi discutida a divergência existente na representação dos limites municipais de Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis.

Tal divergência, localizada na área do maciço do Mendanha, se dava pelo fato do Município do Rio de Janeiro produzir há décadas mapas que possuíam o traçado do limite municipal nesta área seguindo o divisor de águas, pela cumeada dos morros da região, limite este que assim como o restante da fronteira municipal segue acidentes geográficos como rios, canais etc.

Por sua vez, tanto o limite adotado pelo IBGE quanto aquele utilizado pela Fundação CEPERJ (Estado do Rio de Janeiro) seguem por linhas retas a partir dos picos dos morros, não condizendo com o que vinha sendo traçado pelo Município do Rio de Janeiro, porém de acordo com a descrição existente na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Desta forma, o Instituto Pereira Passos, **segundo o determinado na Lei Orgânica Municipal**, efetuou a revisão da representação cartográfica da fronteira municipal em questão, adequando-se assim ao já utilizado pelos órgãos federais e estaduais e solucionando quaisquer problemas ou questões advindas desta divergência entre os municípios supracitados.



EXPEDIENTE

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Fabício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

PLANO DIRETOR DECENAL DE 1992: SUBSÍDIOS PARA SUA REVISÃO - 2005

IPP e SMU/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

EXPEDIENTE

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

Apresentação

O presente relatório atende à solicitação da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor da Câmara Municipal, reunindo informações e indicadores sobre aspectos urbanísticos, econômicos, sociais, demográficos e ambientais da Cidade do Rio de Janeiro que possam apoiar suas atividades. Para facilitar o entendimento, as informações são apresentadas para cada uma das cinco Áreas de Planejamento que compõem o Município.

Um breve histórico revela que, nos anos 70, após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, o novo município do Rio de Janeiro, capital do estado, foi objeto de minucioso levantamento de informações voltado à realização do Plano Urbanístico Básico, PUB-RIO. Naquela ocasião, o planejamento de um território urbano considerável, com características distintas, ditou a necessidade de sua subdivisão. A metodologia utilizada resultou na repartição do município em seis áreas de planejamento, as AP's, posteriormente reduzidas para cinco. Na década de oitenta, foram realizados estudos que definiram a delimitação oficial dos bairros, levando à ratificação de Regiões Administrativas. Atualmente, o Município conta com 5 AP's, 33 Regiões Administrativas e 160 bairros.

* * *

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município, que reflete as dimensões de saúde, educação e renda da população, evoluiu positivamente de 0,798, em 1991, para 0,842, em 2000. Isso fez com que o Rio passasse da 5ª para a 4ª melhor posição entre as doze maiores capitais brasileiras, todas com mais de um milhão de habitantes.

Entre 1991 e 2000, a população carioca passou de 5.480.778 para 5.857.904 habitantes, o que representou uma taxa média geométrica anual de crescimento de 0,7%. Tal crescimento implicou uma variação da densidade demográfica de 43,7 habitantes por hectare para 46,7 habitantes por hectare. Os domicílios, no entanto, cresceram mais: de cerca de 1 milhão e 560 mil para 1 milhão e 802 mil, ou seja, a uma taxa média anual de 1,6%. O número de pessoas por domicílio caiu de 3,42, em 1991, para 3,22, em 2000.

A população moradora em favelas, segundo o IBGE, cresceu de 882 mil habitantes, em 1991, para cerca de 1 milhão, em 2000. Não há dados do IBGE para loteamentos irregulares e clandestinos, mas estima-se que abriguem cerca de 400 mil pessoas. Ações de urbanização e regularização de assentamentos informais estão em plena execução nos últimos 10 anos: o Programa Favela-Bairro ocorre em 143 favelas e 25 loteamentos; outros 120 loteamentos e 28 favelas foram ou estão sendo regularizados. Estima-se que

* Informações da cidade do Rio de Janeiro para subsidiar a câmara dos vereadores no processo de elaboração do plano diretor | 2005

cerca de 650 mil pessoas ou 46% do total da população que vive nesses tipos de assentamento esteja sendo beneficiada.

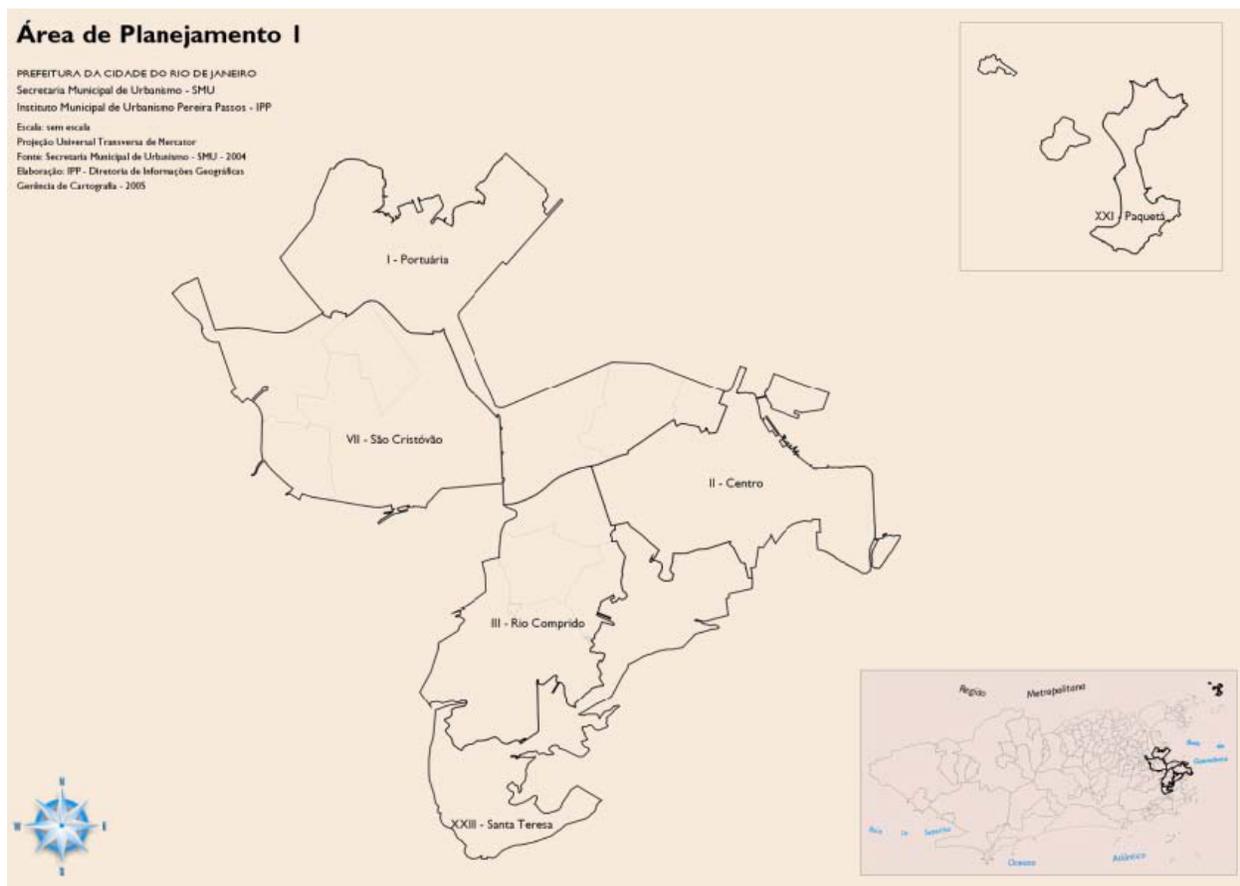
A longevidade do carioca, que era de 67,85 anos, em 1991, atingiu 70,26 anos em 2000. A taxa de fecundidade passou de 2,1 filhos entre as mulheres nascidas em 1950/1955 para 1,6 entre as mulheres nascidas em 1975/1980. A proporção de idosos com 60 anos ou mais cresceu, na década de 1990, de 11% para 13% da população. No período 1995/2000, a cidade recebeu cerca de 218 mil imigrantes, mas sofreu uma emigração de 358 mil pessoas. O saldo migratório, no período, foi negativo, em termos de 140 mil habitantes. No período anterior (1986/1991), esse saldo também tinha sido negativo, atingindo quase 200 mil pessoas.

Em termos socioeconômicos, no período em análise, registra-se que a renda familiar per capita do carioca aumentou, em termos reais, de R\$ 454,92 para R\$ 596,65, a preços de 2000. Esse último valor corresponde à cerca de 4 salários mínimos.

Segundo o Censo 2000, a taxa de alfabetização de adultos é bastante alta, chegando a 92,6%; a proporção da população que possui escolaridade superior é de 18%; e a média de anos de estudo de toda a população é de 6,8 anos.

Durante a década de 90, as principais alterações ambientais foram a redução da proporção de 33% para 30% de áreas naturais do território, sendo a maior parte localizada nas AP's 4 e 5. Os remanescentes vegetais sofreram a supressão de 3.513 hectares de florestas, 64 hectares de vegetação de mangue e 27 hectares de vegetação de restinga. A maior parte das praias não apresentou variação nas condições de balneabilidade no período. As principais ações do Poder público municipal compreenderam: a implantação de 95 pontos de reflorestamento nas encostas; 1.471 hectares do território incluídos em 27 novas unidades de conservação, alcançando-se um total de 23.581 hectares em 56 unidades; e a implantação de 141 km de ciclovias.

Área de Planejamento 1 | Caracterização Geral



A **Área de Planejamento 1**, formada por 15 bairros e 6 Regiões Administrativas, representa 4,6% da população carioca e 2,8% do território municipal.

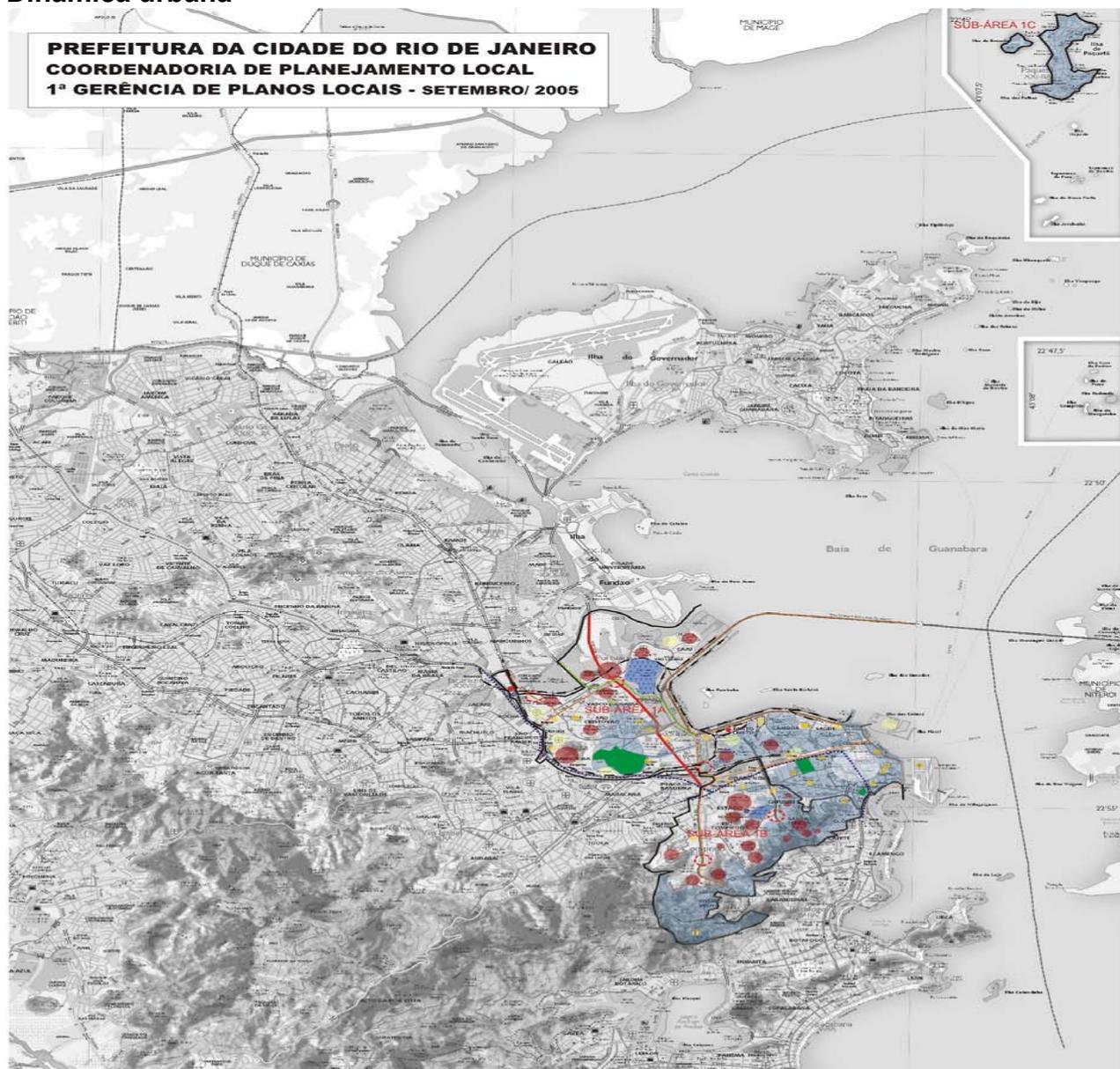
Trata-se do espaço urbano mais antigo da cidade, correspondendo ao centro histórico e ao conjunto de bairros que foram urbanizados na primeira metade do século XIX, como resposta ao processo de crescimento e transformações decorrentes da chegada da corte portuguesa em 1808.

Considerando esta característica, predomina, em toda a área, uma paisagem construída de grande significado na história da evolução urbana da cidade e do país, justificativa da alta incidência de bens tombados tanto pela Cidade, quanto pelo Estado ou União. Apesar deste inequívoco sinal de valor para o patrimônio cultural e histórico, esta é também a área mais reconstruída da cidade, com maior incidência de operações de renovação urbana, visando a transformar o centro e os antigos bairros em função da implantação de novos sistemas de circulação urbana.

Nos últimos 30 anos, a AP 1 revelou-se como a área com maior perda de população residente, quase 27% entre 1970 e 2000. A redução também ocorreu nos setores informais, embora persista a maior participação na composição da população, com 28,7% ou 77.245 habitantes, para dados de 2000. Por outro lado, destaca-se a força de atração da área central de negócios, para a qual convergem diariamente quase um milhão de pessoas.

Como decorrência de diretrizes de planejamento da cidade, a municipalidade tem desenvolvido inúmeros programas e ações visando a resgatar e manter o caráter residencial dos bairros centrais e a vitalidade econômica do centro histórico. No equilíbrio entre passado e futuro, preservação e revitalização, manutenção dos antigos e atração de novos moradores e usuários, recuperação do patrimônio edificado e modernização das construções, cultura e atividades econômicas encontra-se a dinâmica urbana da AP 1.

Dinâmica urbana



- | | | | | | |
|--|------------------------------------|--|----------------------------------------|--|---------------------------|
| | Favelas | | Áreas de Preservação e Proteção | | Limites Sub-Áreas |
| | Área Crítica | | Centralidades | | Linha Metroviária |
| | Galpão Invasido/ Abandonado | | Área verde | | Linha Ferroviária |
| | Esplanada Sto. Antonio | | Cemitério | | Vias Estruturais |
| | | | | | Vias Articuladoras |
| | | | | | APAC |

Os Principais **ELEMENTOS ESTRUTURADORES** da AP 1 são:

1. Principal centralidade da cidade, o Centro é o bairro com maior influência na região metropolitana;
2. Área de ocupação antiga, abrangendo o Centro Histórico da Cidade, com a presença de várias áreas protegidas (APACs) e bens tombados;
3. Presença de vários equipamentos, edificações, instituições, consideradas referências da Cidade, alguns se impondo como centralidades;
 - . **Transporte:** Aeroporto, Rodoviário Estadual, Porto, Terminais: rodoviários, hidroviário, ferroviários, Metrô;
 - . **Esporte e Lazer:** Estádios de futebol, Sambódromo, Cidade do Samba, Escolas de Samba, Quinta da Boa Vista/Jardim Zoológico, casas noturnas (Lapa), Centro de Tradições Nordestinas etc.;
 - . **Cultura:** Museus (Histórico Nacional, do Primeiro Reinado, Nacional de Belas Artes, de Arte Moderna, da Marinha etc.), Observatório Nacional, Teatros (Municipal, João Caetano, Carlos Gomes etc.), **Centros Culturais (CCBB, Correios, Casa França Brasil, LIGHT etc.);**
 - . **Saúde:** Hospitais Municipais, Estaduais, Federais e particulares;
 - . **Educação:** Universidades públicas e particulares, colégios tradicionais como Colégio Pedro II;
 - . **Igrejas:** Candelária, Catedral Metropolitana, Mosteiro de São Bento, Convento de Sto Antônio etc.;
 - . **Institucional:** Sede da Prefeitura da Cidade, Secretarias de Estado, Consulados, Assembléia Legislativa, Câmara Municipal, Áreas Militares, Polícia Federal, Complexo Penitenciário, Palácio da Justiça, entre outros;
 - . **Comércio/Serviços/Negócios:** Sede de grandes empresas (Petrobrás, BNDES, telefônicas), centro de comércio popular (SAARA/Camelódromo), CADEG, comércios especializados (lustres, malhas, autopeças);
4. Grandes Complexos de Áreas de Especial Interesse Social: São Carlos/Mineira, Mangueira, Providência, Morro da Coroa, entre outros;
5. Edificações Desativadas (industriais, comerciais e institucionais)/Subutilizadas, vazios urbanos;
6. Malha viária de alcance metropolitano e elementos estruturantes da Cidade, tais como: Av. Brasil, Linha Vermelha, Av. Presidente Vargas, Av. Rodrigues Alves, Av. Francisco Bicalho, Elevado da Perimetral, Paulo de Frontin, Av. 31 de Março;
7. Diversidade de padrão de ocupação:
 - . Área antiga preservada convivendo com área renovada;
 - . Áreas de reconstrução do tecido urbano após intervenções estruturais (Metrô, Túneis Santa Bárbara e Rebouças, Av. Presidente Vargas, Perimetral);
 - . A expansão das favelas, modificando o padrão de vida do entorno imediato, promovendo o êxodo da população residente e das atividades econômicas;
 - . Diversidade de estilos de vida, ligados diretamente à ocupação e aos usos existentes no local (escala humana, casas simples e relação das pessoas com a comunidade, a rua e o bairro, presença de grande quantidade de vilas, principalmente nos bairros periféricos ao Centro);
 - . Áreas com ações para reabilitação e renovação, como: Portuária, Teleporto, São Cristóvão.

Os principais **PROBLEMAS** da AP 1 são:

1. Segregação de usos com restrições ao residencial, situação que, ao longo dos anos, gerou uma cultura de desestímulo à moradia nessa área, apesar de suas vantagens;
2. Perda de população residente e de atividades econômicas, resultando na degradação da área (bairros periféricos ao Centro);
3. Existência de áreas críticas de segurança, relacionadas principalmente aos corredores viários próximos às favelas;
4. Ocupação dos espaços públicos por atividades econômicas e ambulantes;
5. Existência de população de rua, principalmente no Centro;
6. Grande quantidade de ônibus, vans e automóveis que circulam e estacionam no Centro;
7. Falta de manutenção dos espaços públicos e uso inadequado desses espaços pela população (lixo);
8. Áreas vazias e subutilizadas remanescentes de obras viárias, de urbanizações não concluídas ou por esvaziamento econômico;
9. Expansão das favelas.

Análise demográfica, socioeconômica e ambiental

A Área de Planejamento 1 – AP 1 cobre uma área de 34,39 km², na qual residem 268.280 habitantes, segundo o Censo 2000. Sua densidade líquida é de 7.801 habitantes por km².

Área de Planejamento 1, por Região Administrativa

RA	Nº de bairro (1)	Bairros (1)	Área (km²) (1)	Habitantes (2)	Hab/km² (2)	Domicílios (2)
I – Portuária	4	Caju, Gamboa, Santo Cristo, Saúde	8,50	39.973	4.703	11.555
II – Centro	1	Centro	5,72	39.135	6.842	16.344
III – Rio Comprido	4	Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Rio Comprido.	5,80	73.661	12.700	21.559
VII – São Cristóvão	4	Benfica, Mangueira, São Cristóvão, Vasco da Gama	7,50	70.945	9.459	20.844
XXI – Paquetá	1	Paquetá	1,71	3.421	2.001	1.157
XXIII – Santa Teresa	1	Santa Teresa	5,16	41.145	7.974	13.703
TOTAIS	15		34,39	268.280	7.801	85.162

(1) Armazém de Dados - www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - 2004.

(2) Com base em dados do IBGE - Censo 2000.

Meio ambiente

Durante a década de 90, não foram verificadas alterações significativas no território. Os 13% de áreas naturais se mantiveram inalterados e o mesmo ocorreu com os

399 hectares de florestas. As principais ações do Poder público municipal para a manutenção da qualidade ambiental incluíram a execução de 6 pontos de reflorestamento nas encostas e a implantação de 0,5 km de ciclovias.

Índice de Desenvolvimento Humano

Em 2000, das seis regiões administrativas que compõem a AP 1, cinco estão entre as consideradas de alto desenvolvimento; são elas, com a indicação de seus respectivos IDH e posição no ranking municipal: Centro (0,894 – 7^a), Santa Teresa (0,868 – 8^a), Rio Comprido (0,836 – 13^a), Paquetá (0,822 – 17^a) e São Cristóvão (0,814 – 18^a). A RA Portuária, por sua vez, apresenta IDH considerado médio (0,775 – 24^a).

A observação do IDH no período 1991/2000 demonstra que a área evoluiu pouco em relação ao restante do município, pois quatro RA's mantiveram-se na mesma classificação, enquanto uma decaiu (Paquetá) e apenas duas subiram (Santa Teresa e São Cristóvão). Contudo, a evolução foi suficiente para que 3 RA's superassem o patamar de 0,800. As maiores variações pertencem às RA's de São Cristóvão (+8,5%) e Centro (+8,4%), ficando a menor por conta da Região Portuária (+6,5%).

Demografia

Os dados demográficos indicam que a população da Região Central decresceu à taxa de 12,6% no período 1991/2000, o equivalente à perda de 38.587 moradores, a maior entre todas as regiões do município. O Centro (-20,3%) e São Cristóvão (-15,1%) sofreram os maiores decréscimos populacionais, seguidos de Rio Comprido (-10,5%), Zona Portuária (-9,3%) e Santa Teresa (-7,6%). A única RA a apresentar crescimento demográfico foi a de Paquetá (+5,0%).

Longevidade

Em 2000, a longevidade na área (71 anos) ficou próxima aos níveis médios da Cidade (70,26 anos), destacando-se, contudo, duas RA's: Portuária, com a menor taxa (69,59 anos), e Centro, com a maior (76,12 anos), valor que se aproxima de algumas RA's da Zona Sul.

A variação mais significativa de 1991 a 2000 pertence à RA do Centro (+8%), responsável pela elevação da longevidade nesta em +5,6 anos, ao avançar de 70,47 para 76,12 anos. A menor variação no período pertence à RA do Rio Comprido (+5,9%), ao sair de 67,37 para 71,36 anos – ou mais 4 anos.

Migração

A AP 1 recebeu um fluxo migratório de 14.798 pessoas entre 1991 e 2000, o correspondente à cerca de 6,6% do total de migrações do município. Ao mesmo tempo, a migração foi também o principal responsável pela perda de população da Região Central, com uma taxa estimada de -10% no período 1996/2000; os bairros que mais sofreram perda pelo fluxo migratório foram o do Rio Comprido (-21%), Saúde (-20%), Santo Cristo (-19%), Mangueira (-13%) e Cidade Nova (-11%). A ilha de Paquetá, em contrapartida, recebeu, no mesmo período, um fluxo migratório positivo de cerca de 19%.

Favelas

Na AP 1, estima-se que, em 2000, aproximadamente 76.787 pessoas viviam em favelas, o correspondente a 28,6% do total da população da área. Levando-se em conta que a população de favela, em 1991, correspondia a 85.182 habitantes (ou 27,8%), houve um decréscimo demográfico dessa (-9,9%) no período 1991/2000. No entanto, no mesmo intervalo de tempo, a AP 1 viu decrescer em maior proporção a sua população total: -12,6%.

Economia

Em 2000, a atividade econômica da Região Central é composta por cerca de 21.800 estabelecimentos, 87,8% dos quais são do segmento de comércio e serviços, empregando aproximadamente 327 mil pessoas. O volume de negócios gerou R\$ 1,8 bilhão de ICMS (US\$ 1,6 bilhão), a maior arrecadação de todo o município, ocorrendo o mesmo em relação à arrecadação do ISS, que, no ano de 2004, chegou a R\$ 464.757.922,14, correspondente a 35,4% do total.

Renda

Com base no Censo 2000, pode-se afirmar que a renda média da região (3 salários mínimos) é inferior à média da Cidade (4 salários mínimos) e que só o Centro (R\$ 633,36) apresenta renda acima da média municipal. O bairro da Gamboa possui a renda média mais baixa (menos de 2 salários mínimos, qual seja: R\$ 283,60).

Educação

Em 2000, no quesito educação e conhecimento, a taxa de alfabetização dos moradores é de 91%, abaixo da média do município (92,6%), e alcançando níveis bem abaixo da média no Caju (79%) e na Mangueira (83%).

Com base no Censo 2000, a população que possui escolaridade superior é de apenas 11%, também abaixo da média do Município (18%). Os índices mais altos estão no Rio Comprido (23%), Santa Teresa (20%) e Centro (18%). Em compensação, os bairros da Gamboa e de Santo Cristo apresentam menos de 8%, enquanto Caju e Mangueira, apenas 3%.

Apenas no Centro (7,8 anos) e em Santa Teresa (7,0 anos) a média de anos de estudo é superior à municipal (6,8 anos). Ficam abaixo desta média: Rio Comprido (6,4 anos), Paquetá (6,2 anos), São Cristóvão (6,0 anos) e Portuária (5,2 anos).

Diretrizes urbanísticas para a próxima década

O processo de revitalização do Centro e de algumas outras áreas da AP 1 já se iniciou mas ainda não atingiu uma etapa irreversível. As principais linhas para que esse processo possa se intensificar e realizar plenamente estão no estímulo à intensificação do uso residencial de classe média e, na seqüência, de população carente, visando a estimular uma saudável multiplicidade de usos e diversidade social. Esse processo engloba tanto a construção de novos imóveis modernos, assim como a reconversão de

prédios antigos, inclusive de uso comercial ou industrial, para moradia. Instrumentos de estímulo fiscal devem ser adotados para permitir que muitos imóveis, envolvidos num círculo vicioso de abandono e inadimplência, possam ser recuperados por investidores interessados.

A atração inicial de moradia de classe média deve-se à necessidade de dinamizar a economia local e fortalecer o mercado de trabalho, qualificando o comércio e demais serviços. Será preciso manter e aprimorar os esforços no sentido de absorver e ordenar convenientemente o comércio ambulante, propiciando a formalização e a alocação dos carentes e a repressão eficaz do comércio ambulante “pirata” vinculado a atividades criminosas ou predadoras.

A intensificação da oferta de equipamentos culturais, de entretenimento, de turismo e hotelaria é uma outra linha indispensável, que já está em curso e deve se intensificar. Os grandes eixos de desenvolvimento dos usos tanto residenciais quanto de cultura e entretenimento são a Lapa, a Av. Beira Mar e a área portuária. São Cristóvão também apresenta um grande potencial nesse sentido, da mesma forma que Santa Teresa, no tocante ao turismo e à cultura, e Rio Comprido e Catumbi, no tocante à moradia próxima do Centro. A Cidade Nova também comporta usos múltiplos: escritórios, centro de convenções, serviços e também residência. No Caju há grandes oportunidades de ampliação do uso portuário.

Como um todo, o Centro necessita de investimentos de infra-estrutura, particularmente drenagem e esgotos, de qualificação urbanística de novas áreas e de melhoria das condições de segurança, iluminação e conservação, com rotinas e campanhas apropriadas para uma área de grande população flutuante. Há um potencial, ainda insuficientemente explorado, de parcerias com o setor privado.

Um desafio crucial para a próxima década é a racionalização dos serviços de transporte e das várias ligações intermodais e um contínuo esforço para melhorar as condições de circulação dos pedestres. Ela está associada à racionalização dos ônibus e vans e sua melhor articulação com os trens, metrô e a introdução de novos sistemas como o VLT ou ônibus articulados de alta capacidade em corredores exclusivos. Futuras medidas de restrição ao transporte individual, em algumas vias principais, estarão também na ordem do dia, no futuro.

O Centro cumpre uma função histórica, urbanística e cultural fundamental na vida da Cidade. É a região comum a todos cariocas, que dá sua unidade. O Centro deverá manter sua importância econômica, no que pese uma diversificação do uso de escritórios para outros bairros, e deverá equilibrar-se, somando à modernização e à qualificação de seus usos econômicos atuais, uma singular intensificação de equipamentos culturais, de turismo e do uso residencial. Dessa forma o Centro continuará a sê-lo.

Área De Planejamento 2 | Caracterização Geral



A **Área de Planejamento 2**, formada por 25 bairros, distribuídos por 6 Regiões Administrativas, representa 17% dos cariocas e ocupa 8,2% do território da cidade.

A AP 2 corresponde à área de expansão da cidade promovida por implantação do sistema de bondes, na segunda metade do século XIX. Com sua configuração geográfica entre o mar e o Maciço da Tijuca, é a região que simboliza a imagem da Cidade do Rio de Janeiro. É nessa estreita faixa que se localiza a quase totalidade dos pontos turísticos que projetaram internacionalmente a Cidade e até mesmo o país. Notabilizada por sua paisagem e inúmeros atrativos culturais e de lazer, a região exerce atratividade não só para os que vêm de fora mas também para os moradores do restante da cidade pela oferta de serviços e lazer. Ainda hoje, nos bairros da zona sul, sobretudo, em Copacabana, encontra-se a maior parte do parque hoteleiro da cidade, além de restaurantes e casas noturnas.

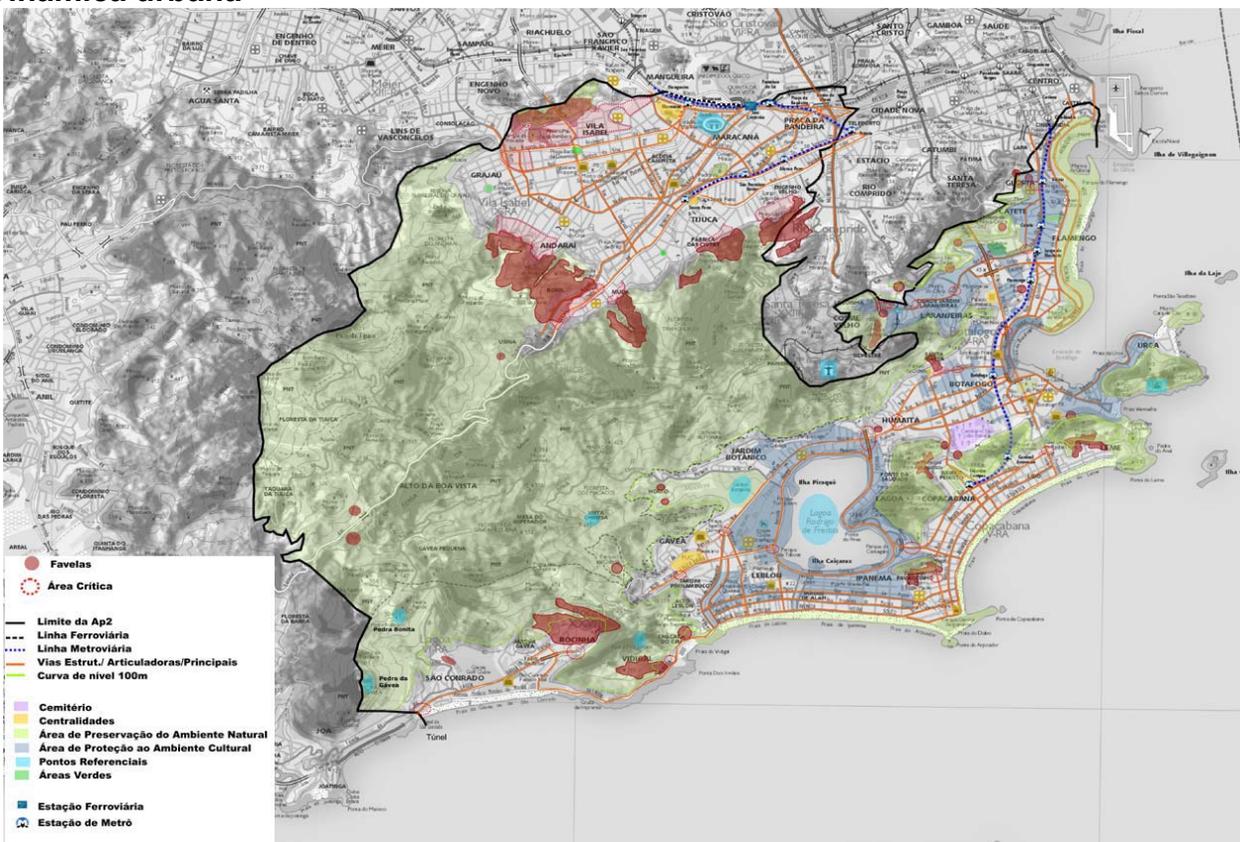
A paisagem construída atual foi sendo modelada a partir de 1940, ocasião em que a área sofreu um intenso processo de verticalização, cujo maior exemplo é Copacabana. Esse bairro, outrora cultuado como símbolo do progresso e da modernidade, se tornou, posteriormente, em razão da intensa ocupação do solo verificada, com edificações elevadas e coladas nas divisas do lote, um modelo a evitar para os demais bairros da cidade. Na década de 80, se intensificou o processo de contenção da verticalização e do adensamento com a edição de legislações locais que buscavam respeitar as características dos bairros. Ao longo do tempo, o interesse constante do mercado

imobiliário causou a saturação da oferta de imóveis passíveis de renovação, passando a ameaçar conjuntos edificados que representavam importantes marcos na história dos bairros. Nesse contexto, o Poder Público, com a intenção de preservar a memória dos bairros, utilizou o instrumento das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) que vigoram para quase todos os bairros da Zona Sul.

O patrimônio natural, formado por serras, mar, lagoa e rios, conta com expressiva legislação de proteção. No relevo, repousa uma das características marcantes da AP 2, que tem 52% do território acima da cota 100. Por outro lado, este patrimônio convive historicamente com a ocupação irregular por população de baixa renda, que, por impossibilidade de acesso à moradia regular, ocupa principalmente as encostas na AP 2, ocasionando a degradação da ambiência e a desvalorização dos imóveis no seu entorno. A quase totalidade das favelas da AP 2 foi objeto de programas de urbanização e regularização, melhorando as condições de infraestrutura e permitindo o acesso a diversos serviços e equipamentos públicos.

A população tem se mantido estável, apesar da intensidade da ocupação residencial, da concentração de atividades turísticas e da qualidade do comércio e dos serviços. Apesar do movimento de expansão da zona oeste, os dados gerais para a AP 2 apontam uma perda de população da ordem de 2,3% entre 1970 e 2000. O dado geral é, no entanto, bastante alterado quando a verificação se faz sobre o comportamento de cada uma das Regiões Administrativas. Nos extremos, Copacabana sofreu significativa redução de 32,6%, enquanto Vila Isabel cresceu 10,7%. A recente RA da Rocinha merece ser destacada por seu expressivo crescimento de 31,3% no período 1991 e 2000.

Dinâmica urbana



Os principais **ELEMENTOS ESTRUTURADORES** da AP 2 são:

- Principal referência da imagem da Cidade em nível nacional e internacional;
- Proximidade com o Centro da Cidade e a Barra da Tijuca;
- Abriga os principais pontos turísticos da Cidade;
- Áreas, equipamentos, edificações e instituições de referência para a Cidade, alguns se impondo como centralidades:
 - . Praias e orla marítima;
 - . Parque do Flamengo;
 - . Lagoa Rodrigo de Freitas;
 - . Maracanã;
 - . Centros de comércio dos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon, Tijuca e Catete;
 - . Shoppings Centers;
 - . Cinemas, teatros, casas de espetáculos;
 - . Restaurantes;
 - . Campi Universitários da UFRJ, UERJ e de universidades particulares, como PUC, Santa Úrsula e Bennett;
 - . Jockey Clube;
 - . Jardim Botânico;
 - . Estações Metroviárias;
 - . Escolas;
 - . Clubes de Futebol: Flamengo, Fluminense e Botafogo;
 - . Cemitério São João Batista;
 - . Hospitais: Miguel Couto, Rocha Maia, Pedro Ernesto, Lagoa e Hospitais Particulares;
 - . Palácio Guanabara e Palácio da Cidade.
- Grandes complexos de Áreas de Fragilidade Urbana: Rocinha, Vidigal, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho, Chapéu Mangueira, Tabajaras, Borel, Macacos, entre outros;
- Grandes conjuntos habitacionais: Cruzada São Sebastião, “Minhocão” da Gávea;
- Principais áreas de proteção:
 - Do ambiente natural:

Parque Nacional da Tijuca

Lagoa Rodrigo de Freitas

Orla Marítima

Jardim Botânico

Parque da Cidade

Parque Laje

. Do ambiente cultural:

APAC: Urca, Cosme Velho, Catete, Glória, Laranjeiras, Botafogo, Lagoa, Jardim Botânico, Leblon e Ipanema

Malha viária estruturadora dos eixos Norte-Sul-Centro da Cidade e Barra da Tijuca;
Estilo de vida característico das grandes metrópoles: oferta de todos os serviços, áreas de lazer, cultura e turismo, vida noturna intensa, grande circulação de veículos e pessoas, estrutura social complexa.



Os principais **PROBLEMAS** da AP 2 são:

- Sistema viário saturado;
- Existência de áreas críticas de segurança, relacionadas aos corredores próximos aos complexos e às grandes favelas;
- Degradação e esvaziamento de alguns bairros em virtude da proximidade das favelas;
- Ocupação irregular nas encostas;
- Sistema de drenagem incompatível com o adensamento, resultando em enchentes durante o período de chuvas;
- Rede de esgotamento sanitário em estado obsoleto;
- Praias e Lagoa sujeitas à poluição.

Análise demográfica, socioeconômica e ambiental

A Área de Planejamento 2 – AP 2 cobre uma área de 100,43 km², na qual residem 997.478 habitantes, segundo o Censo 2000. Sua densidade líquida é de 9.932 habitantes por km².

Área de Planejamento 2, por Região Administrativa

RA	Nº de bairro (1)	Bairros (1)	Área (km²) (1)	Habitantes (2)	Hab/km² (2)	Domicílios (2)
IV Botafogo	8	Flamengo, Glória, Laranjeiras, Catete, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Urca	15,02	238.895	15.905	93.496
V Copacabana	2	Leme, Copacabana	5,08	161.178	31.728	67.491
VI Lagoa	7	Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Vidigal, São Conrado	23,73	174.062	7.335	64.623
VIII Tijuca	3	Praça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista	42,28	180.992	4.281	61.576
IX Vila Isabel	4	Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú	12,88	186.013	14.442	62.445
XXVII Rocinha	1	Rocinha	1,44	56.338	39.124	16.999
TOTAL	25		100,43	997.478	9.932	366.630

(1) Armazém de Dados - www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - 2004.

(2) _____. Com base em dados do IBGE - Censo 2000.

Meio ambiente

Durante a década de 90, houve redução de 54% para 53% de áreas naturais do

território, sendo 35 hectares de florestas. A qualidade das águas de praia apresentou as seguintes tendências: no trecho entre São Conrado e Ipanema, condições próprias ao banho em 60 e 79% do ano; no trecho entre Ipanema e Praia Vermelha, condições próprias ao banho em 80 a 100% do ano; e no trecho entre as Praias da Urca e Flamengo, constantemente em condições impróprias. As ações do Poder Público municipal incluíram a execução de 32 pontos de reflorestamento nas encostas, a criação de 9 unidades de conservação ambiental e a implantação de 57 km de ciclovias.

Índice de Desenvolvimento Humano

Em 2000, a AP 2 está classificada como de alto desenvolvimento humano. Das 6 regiões administrativas que compõem a área, 5 estão entre as 6 primeiras do município em matéria de IDH: Copacabana lidera (0,956), seguida pela Lagoa (0,951), Botafogo (0,947), Tijuca (0,923) e, em sexto lugar no município, a RA de Vila Isabel (0,916). Em contrapartida, a quarta região menos desenvolvida do município encontra-se nessa área: a RA da Rocinha (0,735).

Quanto ao desenvolvimento do IDH na área, todas as regiões tiveram taxas de crescimento positivas entre 1991 e 2000. Copacabana saltou da 3ª posição no ranking em 1991 (0,899) para o 1º lugar (0,956), contabilizando um crescimento de 6,4%. A Rocinha permaneceu na 29ª posição, embora seu IDH tenha variado de 0,678 para 0,735, o maior crescimento da AP 2 (8,4%). A menor variação no período ficou por conta da Lagoa (4,5%), que, com isso, caiu da 1ª para a 2ª colocação no município.

Demografia

Os dados demográficos indicam que a população do conjunto dos bairros em estudo decresceu à taxa de 3,5%, no período 1991/2000, o equivalente à perda de 25.278 moradores. Nas RA's, as perdas populacionais foram: -6,9% na Tijuca, -5,9% em Vila Isabel, -5,1% em Botafogo e em Copacabana. A única RA que fugiu a essa tendência foi a da Rocinha, onde, no mesmo período, houve um grande crescimento da população (+31,3%), o equivalente a 13.446 novos moradores.

Longevidade

A longevidade, tendo por referência o ano 2000, é consideravelmente alta na AP 2: 77,76 anos na RA de Copacabana, 76,83 na da Lagoa, 76,52 em Botafogo, 75,19 anos na RA de Vila Isabel e 74,73 anos na Tijuca. A Rocinha, mais uma vez, destoa negativamente, apresentando uma expectativa de vida inferior: 67,91 anos.

As maiores variações na longevidade no período considerado, 1991/2000, aconteceram nas RA's da Lagoa (de 72,04 para 76,83 anos) e de Copacabana (de 71,81 para 77,76 anos), crescimentos de, respectivamente, +6,6% e +8,3%. O menor avanço, nesse sentido, pertence à Rocinha (+3,3%), de 65,76 para 67,91 anos.

migração

A AP 2 recebeu um fluxo migratório de 57.651 pessoas, sendo que a AP 2.1 (Zona Sul) recebeu, entre 1991 e 2000, 42.837 migrantes, contra 14.814 migrantes da AP 2.2

(Tijuca e Vila Isabel). Desses migrantes, 75,9% procediam de fora do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a Rocinha, cuja esmagadora maioria (90,9%) de seus 5.308 imigrados não eram fluminenses nem cariocas.

Favelas

Na AP 2, estima-se que, em 2000, aproximadamente 146.538 pessoas viviam em favelas, o correspondente a 14,7% do total da população da Zona Sul. Levando em conta que a população de favela, em 1991, correspondia a 127.104 habitantes (ou 12,3%), houve um acréscimo desta população na ordem de 15,3% no período 1991/2000. Enquanto isso, no mesmo intervalo, a AP viu decrescer sua população total (-3,5%).

Renda

Em 2000, a renda média da AP 2.1 é de R\$ 1.619,74 (mais de 10 salários mínimos), superior à média da cidade (cerca de 4 salários mínimos). Lagoa (R\$ 2.228,78) e Copacabana (R\$ 1.631,44) superam a média da AP 2.1, enquanto Botafogo fica um pouco abaixo (R\$ 1.498,20). A Rocinha, entretanto, apresenta uma renda média muito inferior: R\$ 219,95.

Já na AP 2.2, a renda média é de R\$ 1.093,99 (mais de 7 salários mínimos), superior à média da cidade (cerca de 4 salários mínimos). A renda média da Tijuca (R\$ 1.184,43) é mais elevada que a de Vila Isabel (R\$ 1.005,99).

Educação

No quesito educação e conhecimento, a taxa de alfabetização dos moradores da AP 2.1 (Zona Sul), em 2000, é de 97,5%, acima da média da Cidade (92,6%). A Rocinha, entretanto, apresenta um nível mais baixo: 87,9%. A média de anos de estudo da população residente das RA's de Botafogo, Copacabana e Lagoa é de 10 anos, superior à média da cidade (6,8 anos). Na Rocinha, todavia, essa média é inferior: 4,1 anos.

Já na AP 2.2, a taxa de alfabetização dos moradores, em 2000, é ainda mais alta: 97,9%. A média de anos de estudo da população residente das RA's da Tijuca (9,3 anos) e de Vila Isabel (8,9 anos) é superior à média da cidade (6,8 anos).

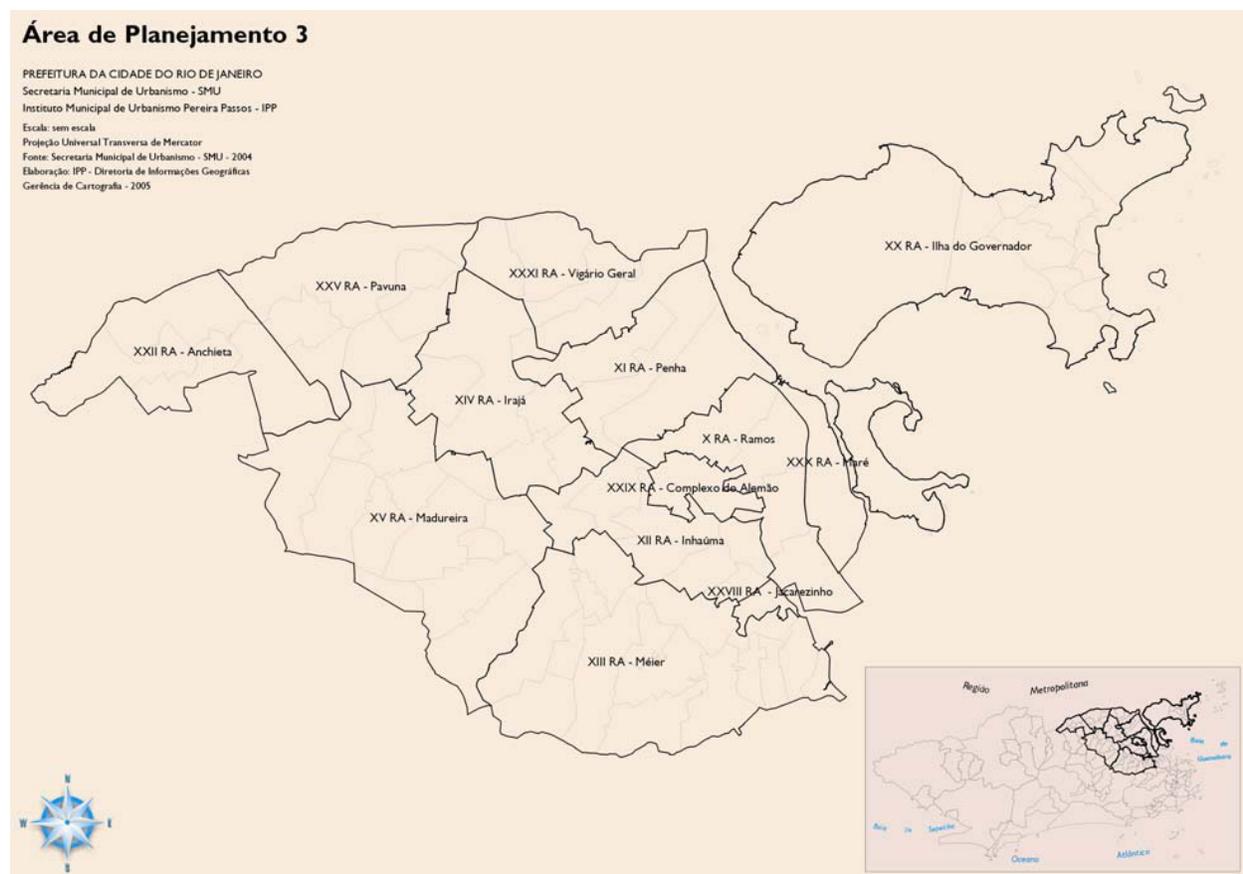
Diretrizes urbanas para a próxima década

Boa parte dos bairros da AP 2 combina o paradoxo da redução de sua população com uma crescente sensação de supersaturação que é ocasionada pelo aumento constante do tráfego de veículos (a frota automobilística praticamente dobrou no Rio nos últimos dez anos) bem como pela intensificação dos usos comerciais e de escritórios, que trouxe vantagens (melhor atendimento, oportunidades de local de trabalho de proximidade etc.) mas uma inegável sobrecarga da infra-estrutura urbana, particularmente a de mobilidade, no período diurno. Em vários bairros da AP 2, particularmente na Zona Sul, está na ordem do dia conter um adensamento subsequente, podendo-se começar a limitar, gradualmente, usos não residenciais. Instrumentos para tanto são medidas restritivas de diversas naturezas, ambientais, de patrimônio e urbanísticas, destinadas a impedir a degradação da qualidade de vida.

No entanto, há áreas da AP 2 onde o problema é, pelo contrário, o esvaziamento, a desvalorização e a dificuldade de adaptação dos moradores a essas circunstâncias. Uma parte desses processos está diretamente relacionada com a insegurança e o processo de favelização. Nessas áreas é preciso dar estímulos à construção formal e flexibilizar usos, sobretudo em áreas ZR-1 ameaçadas de esvaziamento. Os locais vizinhos a favelas necessitam de um tratamento urbanístico e econômico particular, da mesma forma que as áreas informais que necessitam do tratamento de melhoria de infra-estrutura, contenção do crescimento e regularização com vistas a torná-las parte da cidade formal.

AP 2 também contém áreas que necessitam de investimentos em drenagem, esgotos e reurbanização e também demanda uma racionalização do sistema de transporte, a ampliação do metrô e a implantação de vias especiais para ônibus articulados de alta capacidade. A infra-estrutura de recepção ao turismo e a hotelaria também necessitam de melhorias e novos investimentos. O ordenamento da orla e sua manutenção e operação nos dias de grande afluxo é uma outra demanda a ser aprimorada.

Área de Planejamento 3 | Caracterização Geral



A **Área de Planejamento 3** possui 80 bairros distribuídos em 13 Regiões Administrativas, que correspondem a 16,6% do território municipal e a 40,2% do total da população residente no Rio de Janeiro. De cada cinco cariocas, dois moram na AP 3. E,

de cada dois moradores de favela, um está na AP 3 (49,9% da cidade).

Na origem, as atividades agrícolas foram responsáveis pela ocupação da extensa área de sertão, levando à implantação da freguesia rural de Irajá, em 1647, e, posteriormente, a de Inhaúma (1743) e a da Ilha do Governador (1757).

As transformações de uso e a conseqüente anexação das terras da AP 3 à malha urbana começaram a acontecer com a implantação da ferrovia, na segunda metade do século XIX. Dos quatro ramais ferroviários lançados na região, ganha destaque o da Central do Brasil como o que mais propiciou a formação de bairros ao redor das estações.

No início do século XX, a realização de um amplo programa de obras de renovação urbana na área central promoveu o deslocamento de determinados usos para a direção norte da cidade, orientado pela existência do sistema de transportes ferroviário que atendia aos deslocamentos de passageiros e de cargas.

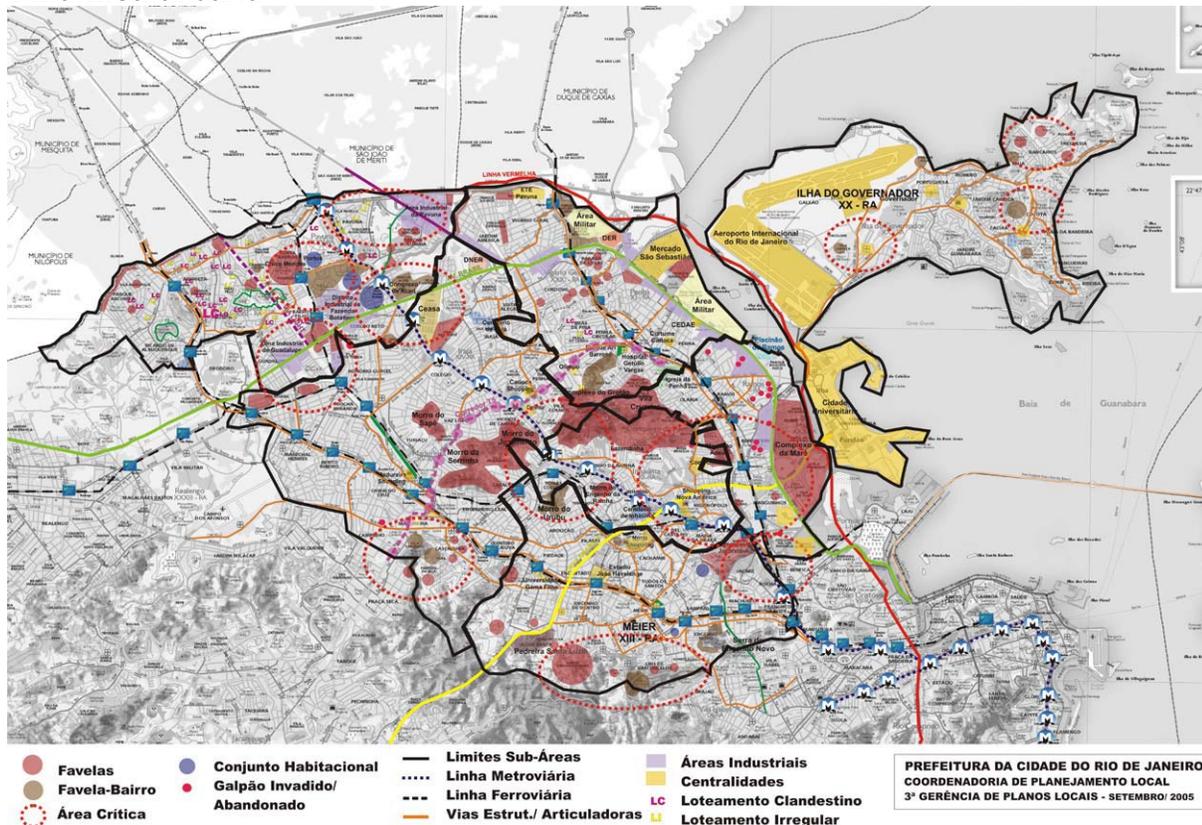
Novos bairros surgiram, então, como resultado da implantação das atividades industriais. Nos anos trinta, a eletrificação da ferrovia propiciou a unificação do preço das passagens e, com isso, os empreendimentos habitacionais, promovidos por instituições previdenciárias, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, passaram a exercer papel preponderante no processo de ocupação dessa área da cidade.

A implantação da avenida Brasil nos anos 40 criou um novo eixo de interesse, consolidando novas funções industriais no principal acesso rodoviário à cidade.

Durante muito tempo, as amplas possibilidades de expansão horizontal comandaram a ocupação da AP 3, gerando um espaço com pouca identidade.

Nos últimos anos, a estrutura urbana da AP 3 apresenta-se em processo de mudanças. Por um lado, o uso industrial tem sofrido um forte esvaziamento, resultando no abandono de muitas áreas, que acabam sendo favelizadas, pois o zoneamento vigente restringe usos alternativos, inclusive o residencial. Deve ainda ser registrado que a inauguração da Linha Amarela, em 1997, tornou possível a abertura de novas articulações e acessos no conjunto de bairros diretamente afetados, bem como a conexão, com maior rapidez, das AP's 3 e 4. Acarretou, por outro lado, a segmentação de bairros, cortados pela via expressa.

Dinâmica urbana



Os principais **ELEMENTOS ESTRUTURADORES** da AP 3 são:

1. Proximidade com a Região Metropolitana;
2. Principal porta de entrada da Cidade – Av. Brasil e Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim;
3. Grandes equipamentos que se impõem como centralidades:
 - . Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim;
 - . Cidade Universitária, na Ilha do Fundão,
 - . Complexos militares;
 - . Complexos industriais;
 - . Complexos comerciais;
 - . Centros de abastecimento;
 - . Estações Metroviárias;
 - . Estações Ferroviárias;
 - . Refinaria de Manguinhos;
 - . Instituto Oswaldo Cruz;
 - . Escolas de Samba;
 - . Universidades particulares;
4. Grandes complexos de Áreas de Fragilidade Urbana – Alemão, Maré e Jacarezinho, entre outros;

5. Grandes conjuntos habitacionais – antigos IAPs;
6. Complexos industriais desativados;
7. Linhas férreas – paradoxalmente, compartimentadoras e integradoras;
8. Malha viária de alcance metropolitano, destacando-se a Av. Brasil, as linhas Amarela e Vermelha;
9. Estilo de vida que ainda preserva a escala humana – casas simples e relações pessoais com a comunidade, a rua e o bairro, convivendo com núcleos habitacionais de classe média.

Os principais **PROBLEMAS** da AP 3 são:

1. Carência de Áreas Verdes (menos de 1 m² por habitante), espaços culturais, esportivos, de lazer, de contemplação;
2. Existência de áreas críticas de segurança – relacionadas aos corredores próximos aos complexos e às grandes favelas e, ainda, aos grandes imóveis invadidos;
3. Seccionamento dos bairros pelas linhas férreas e metroviárias;
4. Áreas remanescentes de grandes obras viárias, abandonadas e à mercê de invasões;
5. Falta de manutenção do espaço público;
6. Incompatibilidade do volume de tráfego com o sistema viário;
7. Degradação de bairros inteiros em função da não implantação de Projetos de Alinhamento (muitos há mais de meio século em vigor e não implantados!).

Análise demográfica, socioeconômica e ambiental

A Área de Planejamento 3 – AP 3 cobre uma área de 203,47 km², na qual residem 2.353.590 habitantes, segundo o Censo 2000. Sua densidade líquida é de 11.567 habitantes por km².

Área de Planejamento 3, por Região Administrativa

RA	nº de bairro (1)	Bairros (1)	Área (km ²) (1)	Habitantes (2)	Hab/km ² (2)	Domicílios (2)
X Ramos	4	Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria	11,30	150 403	13.310	46.203
XI Penha	3	Penha, Penha Circular, Brás de Pina	13,96	183 194	13.123	56.046
XII Inhaúma	6	Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho	10,88	135 311	12.437	41.975
XIII Méier	16	Jacaré, São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Méier, Todos os Santos, Cachambi, Engenho de Dentro, Água Santa, Encantado, Piedade, Abolição, Pilares	29,41	130 635	4.442	124.416
XIV Irajá	6	Vila Cosmos, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio	15,05	398 486	26.477	61.711

XV Madureira	13	Campinho, Quintino Bocaiúva, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Cascadura, Madureira, Vaz Lobo, Turiaçu, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes	30,18	202 967	6.725	113.262
XX Ilha do Governador	15	Ribeira, Zumbi, Cacuia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Freguesia, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Tauá, Moneró, Portuguesa, Galeão, Cidade Universitária	41,45	374 157	9.027	63.420
XXII Anchieta	4	Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque	14,19	211 469	14.903	44.932
XXV Pavuna	6	Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Parque Colúmbia	17,48	154 608	8.845	56.453
XXVIII Jacarezinho	1	Jacarezinho	0,94	197 068	209.647	10.657
XXIX Complexo do Alemão	1	Complexo do Alemão	2,96	36 459	12.317	18.219
XXX Maré	1	Maré	4,26	65 026	15.264	33.073
XXXI Vigário Geral	4	Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América	11,41	113 807	9.974	39.740
TOTAL	80		203,47	2.353.590	11.567	710.107

(1) Armazém de Dados - www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - 2004.

(2) _____. Com base em dados do IBGE - Censo 2000.

Meio ambiente

Durante os anos 90, observou-se redução de 5% para 4% de áreas naturais do território, sendo suprimidos 202 hectares de florestas e 12 hectares de mangue. As praias de Ramos e da Ilha do Governador mantiveram a tendência de condições impróprias ao banho durante todo o período. As principais ações do Poder público municipal foram a execução de 29 pontos de reflorestamento nas encostas, a criação de 3 unidades de conservação da natureza e a implantação de 8 km de ciclovias.

Índice de desenvolvimento humano

Das 13 regiões administrativas que compõem a AP 3, apenas 12 são consideradas na pesquisa do IDH (pois a RA de Vigário Geral integrava a RA da Penha à época da pesquisa) e, dessas, 8 estão entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento: Méier (0,865), Ilha do Governador (0,862), Irajá (0,851), Madureira (0,834), Inhaúma (0,833), Ramos (0,828), Penha (0,805) e Anchieta (0,805). As melhores colocações, Méier e Ilha, correspondem respectivamente à 9ª e à 10ª posição num ranking de 32 regiões administrativas. Em contrapartida, os 3 piores índices do município estão na AP 3: Jacarezinho (0,731), Maré (0,719) e Complexo do Alemão (0,709).

Quanto ao desenvolvimento do IDH na área, todas as regiões tiveram taxas de crescimento positivas entre 1991 e 2000: de 5,7% na Pavuna até 8,1% na região de Madureira. Esta última saltou da 17ª posição no ranking em 1991 (IDH de 0,772) para a

14ª posição (0,834). Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão permaneceram nas 30ª, 31ª e 32ª colocações, respectivamente, ficando, portanto, nas três últimas posições no ranking municipal (com variações em torno de 8%). A menor variação no período ficou por conta da Pavuna, que manteve a 25ª colocação.

Demografia

Os dados demográficos indicam que, de uma maneira geral, a população cresceu à taxa de 1,4%, no período 1991/2000, o equivalente a um aumento absoluto de 31.762 moradores. A maioria das RA's teve incremento populacional. Destas, as que tiveram acréscimos mais expressivos foram a da Maré (18.606 habitantes ou 19,5%), Pavuna (16.795 ou 9,3%), Anchieta (13.021 ou 9,2%) e Ilha do Governador (14.311 ou 7,3%). Enquanto isso, 4 regiões registraram perdas: Méier (21.348 habitantes ou -5%), Inhaúma (8.113 ou -5,8%), Irajá (7.922 ou -3,8%) e Jacarezinho (4,620 ou -11,2%). A AP 3 concentra o maior contingente populacional do município (40,2%).

Longevidade

A longevidade, tendo por referência o ano 2000, é considerada média/alta na AP 3: 70,82 anos, ligeiramente acima da média do município (70,26 anos). As RA's onde as expectativas de vida são mais elevadas são: Irajá (73,93 anos), Ilha do Governador (72,66 anos), Madureira (72,59 anos), Inhaúma (71,82 anos), Ramos (71,68 anos) e Méier (71,58 anos). Em contrapartida, as regiões com os níveis mais baixos são: Complexo do Alemão (64,38 anos), Maré (66,03 anos), Jacarezinho (66,30 anos) e Pavuna (67,41 anos).

As maiores variações na longevidade no período considerado, 1991 a 2000, pertencem às RA's de Irajá (de 68,25 para 73,93 anos) e Madureira (de 67,24 para 72,59 anos), respectivamente com +8,3% e +7,9%. O menor avanço nesse sentido ficou por conta da RA do Complexo do Alemão (+2%), de 62,37 para 64,38 anos.

Migração

A AP 3 recebeu um fluxo migratório de 72.568 pessoas entre 1991 e 2000, o correspondente a quase um terço (32%) do total de migrações do município. No interior da AP, as regiões administrativas que mais contribuíram para este resultado foram Méier, com 16,3%, Ilha do Governador, com 15,4%, seguido por Madureira e Penha, ambas na faixa dos 11%. Desses imigrantes da AP 3, 70,5% procediam de fora do Estado do Rio de Janeiro. Na Maré, esse percentual é ainda maior: 88,1%.

Favelas

Na AP 3, estima-se que, em 2000, aproximadamente 544.737 pessoas viviam em favelas, o correspondente a 23,1% do total da população da área. Levando em conta que a população de favela, em 1991, correspondia a 480.524 habitantes (ou 20,7%), houve um acréscimo dessa população na ordem de 13,4% no período 1991/2000. Enquanto isso, no mesmo intervalo, a AP viu crescer sua população total em 1,5%.

Loteamentos

A AP 3 possui um total de 4.911 lotes distribuídos em 768.181 m², com 74,7% destes, qual seja 3.667 lotes, edificadas em loteamentos irregulares inscritos no Núcleo de Regularização de Loteamentos.

Renda

Em 2000, a renda média da AP 3 era de R\$ 417,02 (cerca de 2,76 salários mínimos), inferior à média da cidade (cerca de 4 salários mínimos ou aproximadamente R\$ 600,00). Duas regiões apresentam renda acima da média municipal: Méier (R\$ 619,89) e Ilha do Governador (R\$ 616,28). Acima da média da própria AP estão as seguintes regiões: Irajá (R\$ 450,26) e Ramos (R\$ 427,62). Todas as demais regiões possuem médias abaixo de R\$ 400,00, sendo que os índices mais baixos pertencem às regiões da Maré (R\$ 187,25), Jacarezinho (R\$ 177,98) e Complexo do Alemão (R\$ 177,31).

Educação

No quesito educação e conhecimento, a taxa de alfabetização dos moradores, em 2000, é superior à média da Cidade (95,6%), variando de 97,2% (RA Méier) até 89,1% (RA Complexo da Maré). Quanto à evolução da taxa, as maiores variações registradas estão na Maré (7,4%), Complexo do Alemão (6,5%) e Jacarezinho (6,1%).

Na AP 3, a maior média de anos de estudo pode ser encontrada na RA do Méier (7,7 anos). Pouco atrás, estão a da Ilha do Governador (7,2 anos) e a do Irajá (7,1 anos), todas três acima da média municipal (6,8 anos de estudo). Madureira e Inhaúma ficam ligeiramente abaixo desta média (6,7 anos). As piores médias também nesse quesito ficam com o Complexo do Alemão (4,2 anos), Maré (4,3 anos), Jacarezinho (4,7 anos), acompanhadas de perto pela RA da Pavuna (5,5 anos)

Diretrizes urbanas para a próxima década

AP 3, por sua extensão e diversidade, demanda soluções igualmente diversificadas, mas tem como denominador comum a necessidade de estímulo à ocupação residencial formal, à urbanização, à contenção das favelas, à recuperação de áreas a elas periféricas, que vêm assumindo características de informalidade, e à melhoria da infra-estrutura e da qualidade do sistema de transportes.

Necessitarão de um tratamento especial as áreas ao longo da Avenida Brasil, da ferrovia e da linha 2 do metrô, onde é extremamente importante favorecer a criação de projetos residenciais de baixa renda, ocupando numerosos vazios urbanos em áreas próximas a eixos de transporte.

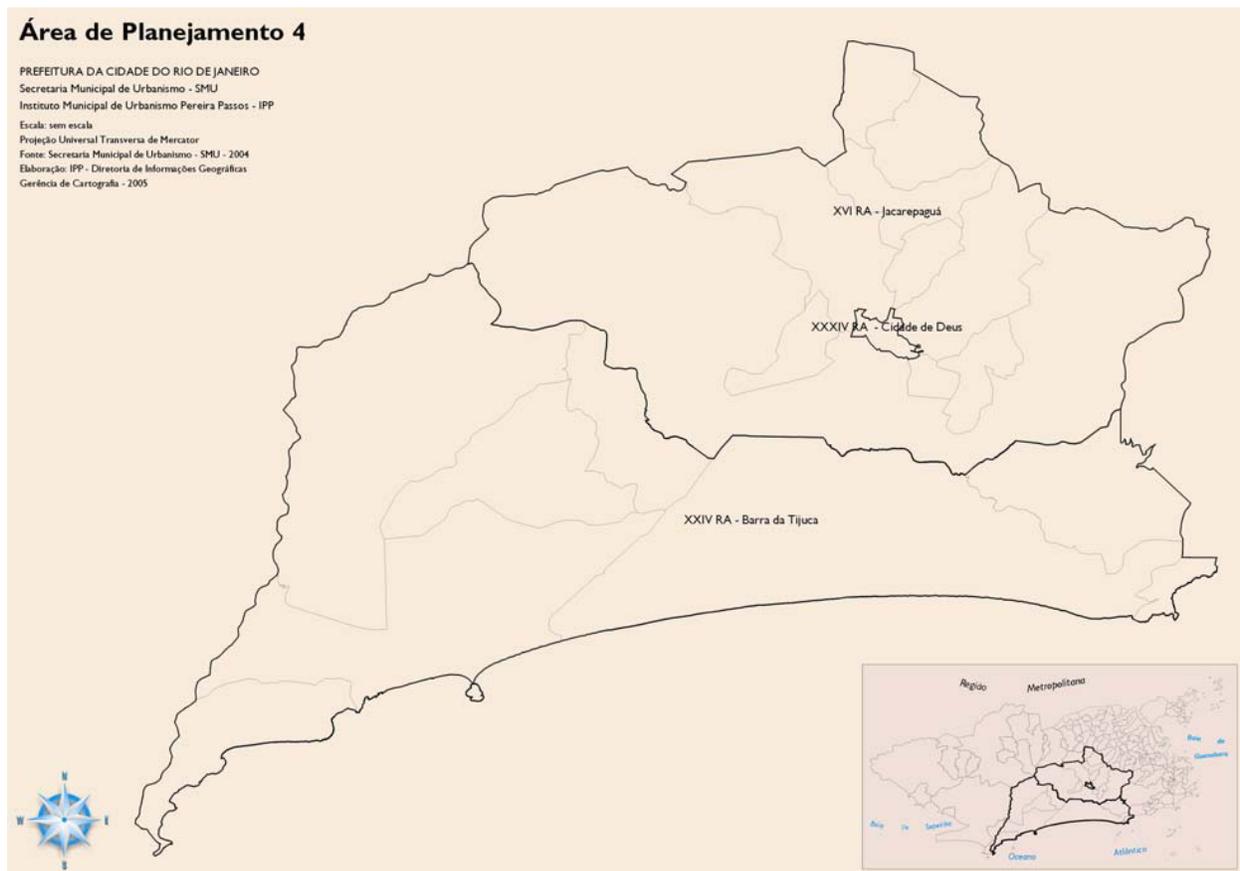
As áreas com vocação residencial de classe média, como o grande Méier, também necessitarão de estímulos urbanísticos e, em certas áreas, estímulos tributários. Os bairros, de uma forma geral, precisarão de investimentos em reurbanização, equipamentos culturais e desportivos para definir melhor suas centralidades e personalidades próprias. A revitalização de Madureira, por sua posição estratégica, e a da

chamada AP3.3, por sua carência e proximidade com a baixada fluminense, são pontos fundamentais.

Uma racionalização dos serviços de transporte, com ampliação dos trens, metrô, melhor integração com o sistema de ônibus e a introdução de corredores de alta capacidade, são igualmente condições necessárias para que toda essa imensa área possa reverter a deterioração atual e voltar a apresentar dinamismo econômico e qualidade de vida ascendente.

A crucial melhora das condições de segurança é condição indispensável para que isso aconteça, pois o controle territorial exercido pelo tráfico de drogas em numerosos bairros da área é um fator fortíssimo de esvaziamento, patente no fenômeno, relativamente recente, de ruas totalmente desertas no período da noite. É uma área onde a ação do Município terá que estar particularmente articulada com a das outras esferas de poder para que as tendências atuais possam ser revertidas.

Área de Planejamento 4 | Caracterização Geral



A **Área de planejamento 4** é formada por 19 bairros distribuídos por 3 Regiões Administrativas. No conjunto da cidade, a AP 4 corresponde a 24% da área e 11,6% da população carioca.

Trata-se de extensa área de baixada, limitada pelos maciços da Tijuca e Pedra

Branca e pelo Oceano Atlântico, mantida durante muito tempo preservada, sem inserção na malha urbana, em função das próprias características geográficas que lhe dificultavam o acesso. Suas conexões com a cidade eram promovidas por caminhos que serpenteavam os morros ou pela garganta entre os dois maciços, atual Candido Benício. Neste trecho, uma lenta ocupação foi iniciada pela parte norte da Baixada de Jacarepaguá, sendo sua base rural, com predominância de sítios e chácaras.

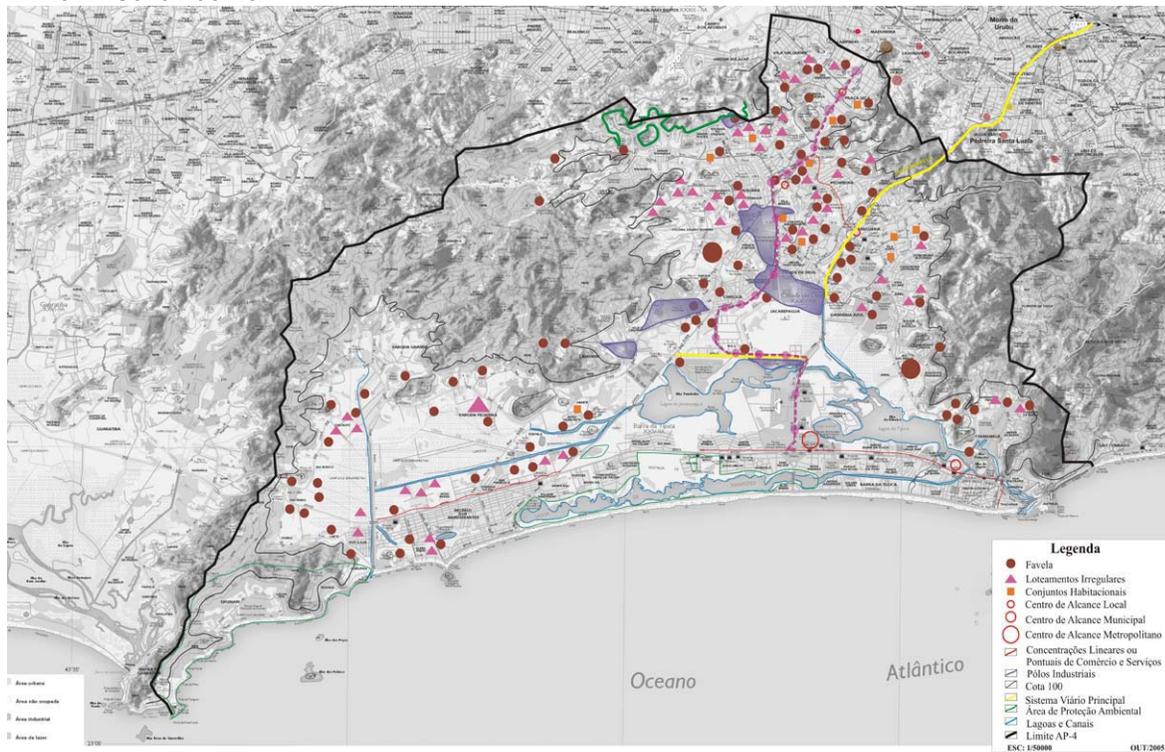
Apenas em meados do século XX ocorreu a inserção definitiva da área ao território da cidade, em função da implantação de novas conexões rodoviárias. A ocupação, que passava a ser irreversível e enormemente facilitada, foi conduzida pela continuação do eixo litorâneo, vindo da zona sul, expandindo a ação do vetor residencial mais valorizado da cidade. Dois vetores passaram então a conduzir a urbanização da área. Um mais antigo por Jacarepaguá e um novo, pela Barra da Tijuca. Esta direção, por extensão, valores ambientais e potencial de crescimento, foi objeto de um plano de ocupação realizado em 1969 por Lucio Costa, que obedeceu às idéias vigentes na época. Por um lado contribuiu para a preservação de diversas áreas naturais de grande importância, por outro trouxe um modelo de ocupação calcado na segregação de usos, na negação do tecido urbano tradicional – com densidade e espaços públicos de interação, como no Jardim Oceânico e Barrinha – e na dependência em relação ao transporte individual. Um resultado indireto foi também a segregação social, com o surgimento e expansão de favelas destinadas a abrigar uma mão de obra para a qual o plano não previu claramente alternativas.

Desde então, a AP 4 registra um fantástico crescimento, verificado, sobretudo, na região administrativa da Barra da Tijuca que passou de 5.779 residentes em 1970 para 174.353 em 2000, numa variação de 2.917% em 30 anos.

A ação do mercado imobiliário é bastante forte na região, respondendo em 2004¹ por 69,3% das unidades lançadas em empreendimentos imobiliários efetuados na cidade. Aliás, tal característica que se revela constante desde a implantação dos primeiros condomínios residenciais uni e multifamiliares, dotados de infra-estrutura e segurança, construídos em meados da década de 70. Na evolução foram construídos centros comerciais, de entretenimento e lazer. Nos últimos anos, a implantação de centros de serviços tem atraído empresas que tradicionalmente estavam localizadas em áreas mais centrais, fortalecendo a pluralidade de funções localizadas na área.

O desenvolvimento acelerado que vem ocorrendo na AP 4 é indicado por sua participação, da ordem de 25%, na variação verificada no total de domicílios da cidade, entre 1991 e 2000. A velocidade da urbanização encontra um ponto de inflexão, na medida em que não se faz presente na preservação das excepcionais condições naturais da área, sobretudo o sistema lagunar.

Dinâmica urbana



Os principais **ELEMENTOS ESTRUTURADORES** da AP 4 são:

1. Área de expansão do município, com o maior número de licenças de construção e conseqüentemente com grande aumento de moradores;
2. Grande baixada, circundada pelos Maciços da Tijuca e Pedra Branca com grande parte da sua área ainda preservada, tendo 25% da sua área acima da cota 100;
3. Áreas de Proteção Ambiental, como a de Marapendi e Grumari, Chico Mendes, Parque Estadual da Pedra Branca, Bosque da Barra e diversas outras áreas, com potencial para o turismo ecológico;
4. Pólo industrial de Jacarepaguá com ênfase na indústria farmacêutica;
5. Pólo de Cine, Vídeo e Comunicações que congrega as indústrias do setor;
6. Loteamentos irregulares, tanto na área das Vargens Grande e Pequena como na XVI R.A., modificando o tipo de ocupação destes locais;
7. Uma grande favela apenas, a de Rio das Pedras, não considerada uma área crítica de segurança, e diversas favelas de pequeno porte, principalmente ao longo de rios, canais e faixas de implantação de PA's, insuscetíveis de permanecerem por estarem em áreas de risco;
8. Dois grandes conjuntos habitacionais, como a Cidade de Deus, com problemas de segurança;
9. Grandes "condomínios", áreas fechadas com segurança, criando um novo estilo de vida, com qualidade diferenciada do restante da cidade;
10. ATRATIVIDADE DA ÁREA, fazendo que seja utilizada por moradores de toda cidade;

- . A extensa área de litoral;
- . Centro de Comércio de alcance Metropolitano, formado pelo “Barra Shopping” e o comércio limítrofe, os shoppings dispostos ao longo da Av. das Américas e os outros centros de comércio da área;
- . Equipamentos de porte como o Aeroporto de Jacarepaguá e o Riocentro, assim como a existência de Parques temáticos, também é fator de atratividade da área.

Os principais **PROBLEMAS** da AP 4 são:

1. O modelo urbanístico segregador de usos adotado em boa parte da Barra da Tijuca e sua dependência do transporte individual, criando uma situação que afeta, inclusive, outras áreas da cidade.
2. A carência de infra-estrutura urbana em boa parte de Jacarepaguá, Vargens e Recreio.
3. Inexistência de transporte de massa na área cria grandes congestionamentos nas vias de acesso/saída.
4. Área de fragilidade ambiental com severos problemas de poluição das lagoas e cursos d'água, agravados pela rapidez da sua ocupação, sem a mesma velocidade de implantação de infra-estrutura.
5. A não implantação da totalidade da malha viária projetada, gerando longos percursos.

Análise Demográfica, Socioeconômica e Ambiental

A Área de Planejamento 4 – AP 4 cobre uma área de 293,79 km², na qual residem 682.051 habitantes, segundo o Censo 2000. Sua densidade líquida é de 2.322 habitantes por km².

Área de Planejamento 4, por Região Administrativa

RA	Nº de bairro (1)	Bairros (1)	Área (km ²) (1)	Habitantes (2)	Hab/km ² (2)	Domicílios (2)
XVI Jacarepaguá	10	Jacarepaguá, Anil, Gardênia Azul, Curicica, Freguesia, Pechincha, Taquara, Tanque, Praça Seca, Vila Valqueire	126,61	469 682	3.710	139.142
XXIV Barra da Tijuca	8	Joá, Itanhangá, Barra da Tijuca, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari	165,97	174 353	1.051	54.494
XXXIV Cidade de Deus	1	Cidade de Deus	1,21	38 016	31.418	10.760
TOTAL	19		293,79	682.051	2.322	204.396

(1) Armazém de Dados - www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - 2004.

(2) _____. Com base em dados do IBGE - Censo 2000.

Meio ambiente

As áreas naturais passaram, nos anos 90, de 55% para 51% do território. A cobertura vegetal nativa sofreu perda de 866 hectares de florestas, 1 hectare de vegetação de mangue e 27 hectares de vegetação de restinga. As praias de Grumari, Prainha, Recreio, Macumba e quase toda a praia da Barra mantiveram a tendência de condições próprias em 80 a 100% do ano. Nos pontos da Praia do Pepê e no Quebra-mar houve redução das condições de balneabilidade no período. As principais ações do Poder público municipal foram execução de 12 pontos de reflorestamento nas encostas, criação de 8 unidades de conservação e implantação de 49 km de ciclovias.

Índice de Desenvolvimento Humano

Das 3 regiões administrativas que compõem a AP 4, temos o seguinte quadro, com a indicação do IDH e da posição no ranking municipal de cada uma: Barra da Tijuca (0,918 – 5^a), seguida por Jacarepaguá (0,844 – 12^a) e Cidade de Deus (0,754 – 26^a), que está entre as sete últimas.

A observação do IDH no período 1991/2000 demonstra que todas as RA's da AP 4 tiveram crescimento significativo do índice, acima da média do município, mas apenas a Cidade de Deus melhorou sua posição no ranking municipal (ainda que pouco: da 27^a para a 26^a posição). Barra da Tijuca e Jacarepaguá caíram ambas uma posição no referido ranking. A RA de maior variação foi Cidade de Deus (+8,8%), seguida de Jacarepaguá (+5,8%) e Barra da Tijuca (+5,5%).

Demografia

Os dados demográficos indicam que a população da AP cresceu a 29,6%, no período 1991/2000, o equivalente a um aumento absoluto de 155.749 moradores. A Região Administrativa que mais contribuiu para a obtenção deste resultado foi a da Barra da Tijuca. Nesta, um verdadeiro “boom” vem sendo verificado: variação de 76,5% no período. Em números absolutos isso corresponde a um incremento de 75.562 habitantes. Aliás, no aspecto absoluto, a variação de Jacarepaguá foi ainda maior: mais 80.380 habitantes, com variação percentual de 20,6%. Já a terceira região, a Cidade de Deus, teve ligeira perda populacional, -0,5% ou menos 193 habitantes.

Longevidade

Tendo por base o ano 2000, a longevidade média na AP 4 é de 71,76 anos, superior à média da cidade (70,26 anos). Nas regiões administrativas, são estes os resultados em relação à expectativa de vida: 72,69 anos na Barra da Tijuca, 71,78 anos em Jacarepaguá e 67,35 na Cidade de Deus.

A maior variação entre 1991 e 2000 foi registrada na Cidade de Deus (+7,7%), responsável pela elevação da longevidade nesta em mais 5 anos. A menor variação no período foi na RA de Jacarepaguá (+4,2% ou +2,94 anos).

Migração

A AP 4 recebeu um fluxo migratório de 38.379 pessoas entre 1991 e 2000, o correspondente a 17% do total de migrações do município. No interior da AP, as regiões administrativas que mais contribuíram para este resultado foram Jacarepaguá, com 60,7% e Barra da Tijuca, com 38,4% das migrações. Desses imigrantes da AP 4, 81,5% procediam de fora do Estado do Rio de Janeiro, o que significa o maior fluxo deste tipo entre as cinco Áreas de Planejamento. Em Jacarepaguá, este percentual cresce para 82,3%.

Favelas

Na AP 4, estima-se que, em 2000, aproximadamente 144.394 pessoas viviam em favelas, o correspondente a 21,2% do total da população da área. Levando-se em conta que a população de favela em 1991 era de 72.182 habitantes (então 13,7% da população total da AP 4), essa população mais que dobrou no período 1991/2000 (+100%), enquanto a população total cresceu 29,6%.

Loteamentos

A AP 4 possui um total de 3.029 lotes distribuídos em 979.397m², com 64,5% destes, qual seja 1.955 lotes, edificadas em loteamentos irregulares inscritos no Núcleo de Regularização de Loteamentos.

Renda

Em 2000, a renda média da AP 4 era de R\$ 808,04 (cerca de 5,35 salários mínimos), superior à média da cidade (de cerca de 4 salários mínimos ou algo em torno de R\$ 600,00). Das 3 RA's desta área, apenas a Barra da Tijuca (com R\$ 1.694,12 ou 11,2 salários mínimos) tem renda acima da média municipal. Quanto às outras duas regiões, possuem renda inferior à média municipal: Jacarepaguá (R\$ 527,72) e Cidade de Deus (R\$ 207,56).

Educação

No quesito educação, a taxa de alfabetização dos moradores da AP 4, em 2000, é de 95,6%, portanto, igual à média da Cidade (95,6%), assim dividida: Barra da Tijuca (96,6%), Jacarepaguá (95,4%) e Cidade de Deus (93,5%). A maior média de anos de estudo pode ser encontrada na região da Barra (8,6 anos). Jacarepaguá fica em segundo lugar com 6,8 anos de estudo. Na terceira posição, aparece a região da Cidade de Deus, bem abaixo, com média de 5 anos de estudo.

No período 1991/2000, todas as RA's da AP 4 apresentaram evolução nos índices de educação, com crescimento nas taxas de alfabetização: Barra da Tijuca (+3,9%), Cidade de Deus (+3,5%) e Jacarepaguá (+1,9%).

Diretrizes urbanas para a próxima década

Área de maior crescimento proporcional da Cidade, a AP 4 sofre de problemas ambientais e urbanísticos vinculados a um modelo de crescimento com segregação de usos, segregação social e forte dependência do transporte individual.

No caso da Barra e, sobretudo, de áreas a ela periféricas, o modelo implantado de separação de usos, com condomínios de torres isoladas ou de casas, precisará dar lugar, onde ainda for possível, a um tecido urbano mais tradicional, de maior densidade, usos múltiplos, susceptível de viabilizar economicamente o transporte de massas e dar maior racionalidade ao uso da infra-estrutura. Terão que ser encontradas formas originais de coexistência entre tecidos urbanos diferenciados.

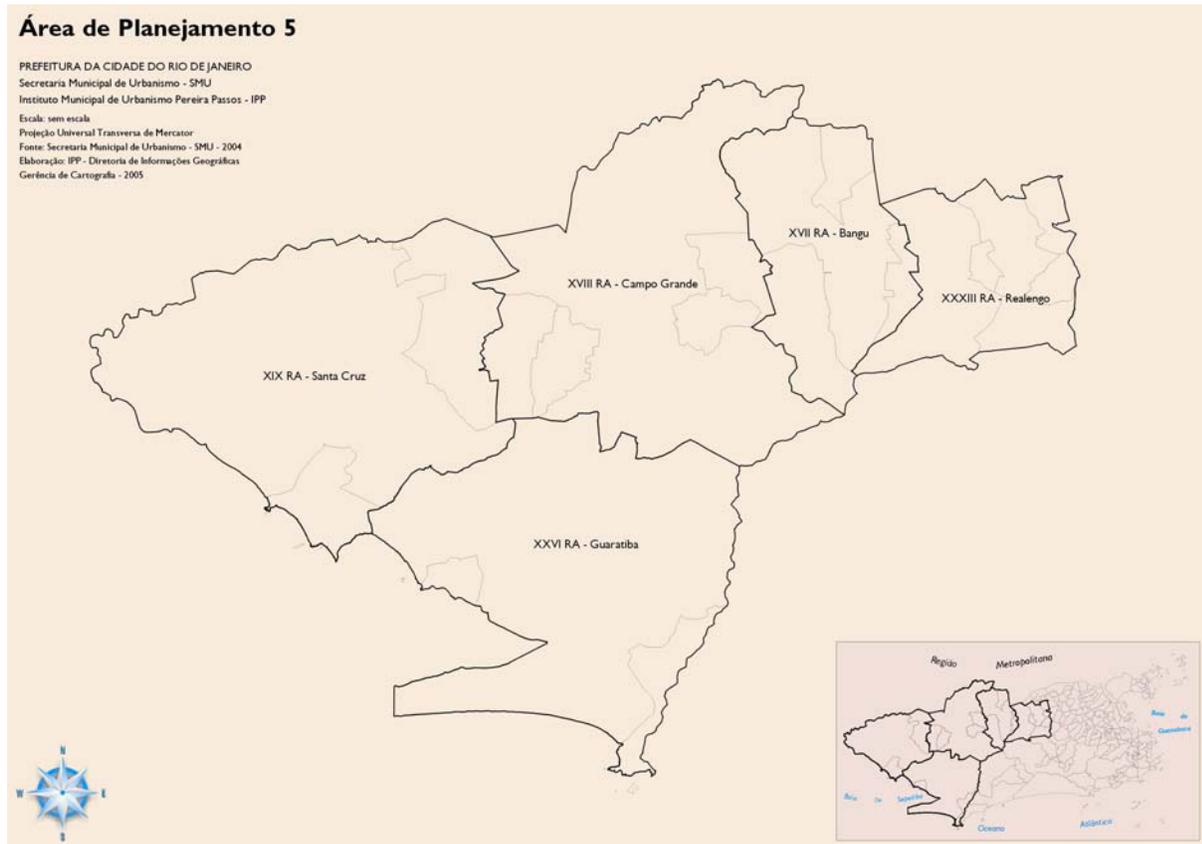
O saneamento do sistema lagunar, sua colocação em condições de navegabilidade, permitindo, inclusive, o transporte hidroviário pelos canais, rios e lagoas, a ampliação da rede de esgotamento sanitário para captar todos despejos da região e encaminha-los a tratamento e destino final são grandes desafios para os próximos anos. Da mesma forma que a liberação das faixas marginais de proteção, com o reassentamento em área próxima dos seus ocupantes e a urbanização e regularização de comunidades.

A área continuará a ser, num futuro previsível, a de maior expansão demográfica da Cidade o que implicará a necessidade de implantação de infra-estrutura de transporte de massas: extensão do metrô, VLT, corredores expressos de ônibus de alta capacidade, transporte hidroviário etc. E, também, a necessidade de rever parâmetros urbanísticos que estejam em contradição com essa realidade: áreas tidas como agrícolas, de fato residenciais, restrições de ocupação e de volume pouco realistas ou inadequadas à atualidade e restrições que contrariam a própria dinâmica da cidade, como, por exemplo, a limitação do uso hoteleiro à orla marítima.

A necessidade de manter de forma satisfatória as unidades de conservação

ambiental existentes na área e de criar novas induz à necessidade de novas parcerias público-privadas com empresas e ONGs para dar viabilidade econômica a preservação de áreas naturais de grande extensão e numerosas. Será necessário também equacionar a situação daquelas que estão sob o controle federal ou estadual, como o parque da Pedra Branca.

Área de Planejamento 5 | Caracterização Geral



Área de planejamento 5 é formada por 20 bairros e 5 regiões administrativas. Corresponde a 48,4% do território do Município e abriga cerca de 26,6% da população carioca. Seu território apresenta como principais compartimentadores físicos o Maciço do Gericinó-Mendanha, os Rios Guandu Mirim e Itaguaí, o Maciço da Pedra Branca e a Baía de Sepetiba.

A Zona Oeste, como é conhecida, foi tratada como última fronteira da urbanização do Rio de Janeiro. Nela, foram mantidos, durante muito tempo, os usos agrícolas e as extensas propriedades, que foram se extinguindo com a pressão da urbanização, a partir da década de 1960.

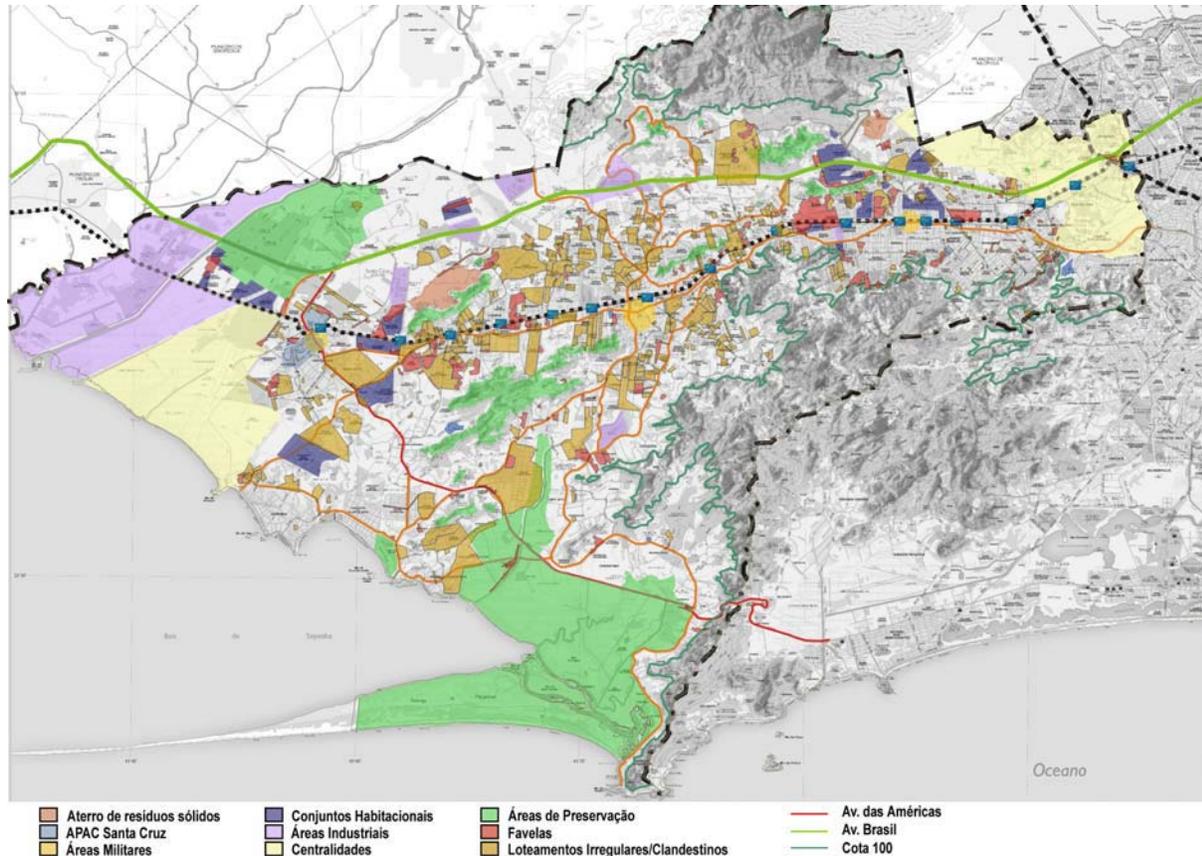
Embora cortada pela ferrovia, que chegava a Santa Cruz, fatores como distância, ausência de serviços e áreas militares bloquearam a continuidade da expansão urbana, inicialmente concentrada no entorno das estações ferroviárias.

Gradativamente, a ocupação foi sendo expandida, o que é atestado pelo crescimento populacional da área, de 124,3% nos últimos 30 anos (1970/2000). Como local de moradia para um pouco mais de um quarto da população da cidade, a AP 5

apresenta 11,6% desse contingente morando em ocupações irregulares, loteamentos irregulares ou clandestinos e favelas.

Considerando a presença de vazios urbanos passíveis de urbanização, os recursos ambientais, a implantação de grandes empreendimentos e a interação com municípios limítrofes, a AP 5 revela-se como uma possibilidade de expansão da cidade de forma ordenada e equilibrada ambientalmente, sendo, assim, um desafio e uma responsabilidade.

Dinâmica Urbana



Os principais **ELEMENTOS ESTRUTURADORES** da AP 5 são:

1. Proximidade com a Região Metropolitana – ligação com os municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis através de Santa Cruz; com os municípios de Seropédica e Nova Iguaçu, através de Campo Grande;
2. Eixos viários estruturadores com o Município e com a Região Metropolitana - Av Brasil, BR 101 , Av. das Américas e Estrada Rio/São Paulo;
3. Estrada de Ferro – ramal de cargas e passageiros – ligação com a Baixada Fluminense através de Deodoro;
4. Estações Ferroviárias;
5. Principais corredores de transporte de massa – Av. Brasil e rede ferroviária;

6. Áreas militares em Deodoro, Realengo, Vila militar, Santa Cruz e Guaratiba, destacando-se em Guaratiba o Centro Tecnológico do Exército e a Restinga de Marambaia, em Santa Cruz a Base Aérea;

7. Distritos Industriais de Santa Cruz, Palmares e Campo Grande e Zonas Industriais;

8. Centros de comércio dos bairros de Campo Grande e Bangu;

9. Presença de núcleos pesqueiros em Guaratiba e Sepetiba;

10. Áreas de cultivo agrícola, em especial na região de Santa Cruz, onde se situa a colônia agrícola, nas regiões do Mendanha e Rio da Prata em Campo Grande e na região de Guaratiba com expressiva produção de plantas ornamentais;

11. Grande número de conjuntos habitacionais;

12. Orla marítima parcialmente ocupada por usos institucionais, tais como o Centro Tecnológico do Exército, a FIPERJ e a Embratel em Guaratiba; a Base Aérea em Santa Cruz;

13. Praias;

14. Restaurantes típicos em Barra de Guaratiba;

15. Quarteirão Cultural do Matadouro em Santa Cruz;

16. Escolas de Samba: Mocidade Independente de Padre Miguel e Acadêmicos de Santa Cruz;

17. Hospitais: Rocha Faria e Pedro II.

Interferem na estruturação urbana do entorno onde estão situados, o Complexo Penitenciário de Bangu e as áreas de destino final do lixo da cidade em Gericinó.

Os principais **PROBLEMAS** da AP 5 são:

1. Precariedade do sistema de transporte;

2. Carência de espaços verdes e arborização pública escassa., com efeitos sobre o microclima.

3. Precariedade de saneamento básico - não existe o sistema separador absoluto;

4. Precariedade de abastecimento de água em várias regiões;

5. Precariedade de equipamentos públicos de saúde e educação;

6. Deficiência de equipamentos de cultura e lazer;

7. Incidência significativa de invasões de terras públicas e privadas;

8. Expansão das ocupações irregulares: favelas, loteamentos irregulares e clandestinos;

9. Presença de conjuntos habitacionais desarticulados da malha urbana;

10. Deficiência de manutenção do espaço público;

11. Ocupação descontrolada de áreas frágeis de baixada – manguezais e faixas marginais de rios e canais;

12. Aumento progressivo da ocupação das encostas;

13. Alto nível de poluição da baía de Sepetiba devido à ausência de saneamento e poluição industrial;

14. Assoreamento de rios e canais;

15. Escassez de produção e oferta de habitação para a população de baixa renda;

16. Ausência de política para o setor agrícola.

Análise demográfica, socioeconômica e ambiental

A Área de Planejamento 5 – AP 5 cobre uma área de 592,45km², na qual residem 1.556.505 habitantes, segundo o Censo 2000. Sua densidade líquida é de 2.627 habitantes por km².

Área de Planejamento 5, por Região Administrativa

RA	Nº de bairro (1)	Bairros (1)	Área (km ²) (1)	Habitantes (2)	Hab/km ² (2)	Domicílios (2)
XVII Bangu	3	Padre Miguel, Bangu e Senador Camará	67,81	420.503	6.201	118.381
XVIII Campo Grande	5	Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos	153,44	484.362	3.157	137.342
XIX Santa Cruz	3	Paciência, Santa Cruz, Sepetiba	164,08	311.289	1.897	86.001
XXVI Guaratiba	3	Guaratiba, Barra de Guaratiba	152,58	101.205	663	27.907
XXXIII Realengo	6	Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo	54,54	239.146	4.385	69.251
TOTAL	20		592,45	1.556.505	2.627	438.882

(1) Armazém de Dados - www.armazemdedados.rio.rj.gov.br - 2004.

(2) _____. Com base em dados do IBGE - Censo 2000.

Meio ambiente

As principais alterações, na década de 90 foram a perda de áreas naturais, reduzidas de 29% para 25% do território, sendo suprimidos 2.352 hectares de florestas e 51 hectares de vegetação de mangue. As praias de Sepetiba, Pedra e Brisa mantiveram a tendência de condições impróprias ao banho, e houve redução da qualidade da praia da Barra de Guaratiba que saiu da faixa de 80 a 100% para 60 a 70% de condições próprias durante o ano. As principais ações do Poder público municipal foram execução de 16 pontos de reflorestamento em encostas e manguezais, criação de 7 unidades de conservação e implantação de 28 km de ciclovias.

Índice de desenvolvimento humano

Em 2000, das 5 regiões administrativas que compõem a AP 5, apenas uma está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento: Realengo (0,813 – 19ª posição no ranking do município). As demais regiões encontram-se como a seguir: Campo Grande (0,792 – 22ª posição), Bangu (0,792 – 23ª posição), Santa Cruz (0,747 – 27ª posição) e Guaratiba (0,746 – 28ª posição). Vale lembrar que o ranking é composto por 32 regiões.

Quanto ao desenvolvimento do IDH na área, todas as regiões tiveram taxas de crescimento positivas entre 1991 e 2000: de 7,4% em Campo Grande até 9,3% em Guaratiba. Apesar da melhora do índice nas 5 RA's, três mantiveram-se na mesma posição no ranking e duas ascenderam uma posição (Realengo e Santa Cruz).

Demografia

Os dados demográficos indicam que, na AP 5, a população cresceu à taxa de 20,5%, no período 1991/2000, o equivalente a um aumento absoluto de 264.329 moradores. Todas as 5 RA's da AP tiveram incremento populacional neste período. Porém, em números absolutos, o destaque foi Campo Grande que, com um incremento de 103.420 habitantes, elevou sua população a quase 485 mil habitantes. Já em termos relativos, o destaque foi Guaratiba, com crescimento populacional de cerca de 2/3 (ou 66,5%). O menor crescimento demográfico, tanto absoluto quanto relativo, ficou por conta da RA de Realengo, que atingiu uma população de 239.146 habitantes: foram mais 14.358 habitantes, num incremento de 6,4%.

Longevidade

Em 2000, a longevidade nesta área é de 68,62 anos. As RA's onde as expectativas de vida são mais elevadas resumem-se a Realengo (70,39 anos) e Bangu (69,81 anos). Completando o cenário, temos Campo Grande (com 68,71 anos), Guaratiba (67,12) e Santa Cruz (65,99 anos).

As maiores variações na longevidade no período considerado, 1991 a 2000, pertencem às RA's de Guaratiba (de 62,37 para 67,12 anos) e Realengo (de 66,36 para 70,39 anos), respectivamente com +7,6% e +6,1%. O menor avanço neste sentido ficou por conta da RA de Campo Grande (+5,4%), de 65,19 para 68,71 anos.

Migração

A AP 5 recebeu um fluxo migratório de 42.099 pessoas entre 1991 e 2000, o correspondente a quase 19% do total de migrações do município. No interior da AP, as regiões administrativas que mais contribuíram para este resultado foram Campo Grande, com 33,1%, Santa Cruz, com 19,8% e Bangu (19,1%). Mais atrás, estão Guaratiba e Realengo, respectivamente com 14,6% e 13,6%. Desses imigrantes da AP 5, 69,4% procediam de fora do Estado do Rio de Janeiro (sendo que na RA de Guaratiba a incidência é de 82,5%) e 19,3% da Região Metropolitana do Rio.

Favelas

Na AP 5, estima-se que, em 2000, aproximadamente 180.020 pessoas viviam em favelas, o correspondente a 11,6% do total da população da área. Levando em conta que a população de favela em 1991 correspondia a 117.491 habitantes (ou 9,1%), houve um acréscimo desta população na ordem de 53,2% no período 1991-2000. Enquanto isso, no mesmo intervalo, a AP viu crescer sua população total em pouca mais de 20,5%.

Loteamentos

A AP 5 possui um total de 38.815 lotes distribuídos em 18.070.717 m², com 48,7% destes, qual seja 18.887 lotes, edificados em loteamentos irregulares inscritos no Núcleo de Regularização de Loteamentos.

Segundo o texto publicado no Rio Estudo nº 42, em 2002, *Os dados mais recentes sobre a população de favelas na cidade do Rio de Janeiro*, “na Zona Oeste, o IBGE deve ter muito mais dificuldades em distinguir setores normais de subnormais. O padrão de ocupação do solo é relativamente mais homogêneo e contínuo, com uma sucessão de conjuntos habitacionais, loteamentos, parcelamentos irregulares e invasões. Talvez por isso a Zona Oeste tenha apenas 12% de sua população em setores subnormais, menos que qualquer outra área da cidade”.

A título de exemplo, a XIX RA – Santa Cruz possui no seu território 114 loteamentos (46 irregulares e 68 clandestinos) e 33 favelas. Este conjunto de assentamentos abriga uma população estimada em cerca de 140.000 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 45% do total dos seus moradores (Rio Estudo nº 111 – *Santa Cruz e a Fazenda Nacional - Notas sobre a Situação Fundiária*, ago. 2004).

Renda

Em 2000, a renda média da AP 5 era de R\$ 282,10 (cerca de 1,87 salário mínimo), inferior à média da cidade (cerca de 4 salários mínimos ou algo em torno de R\$ 600,00). Nenhuma RA da região apresenta renda acima da média municipal, no entanto, a melhor média pertence à RA de Realengo (R\$ 339,73), seguida de Campo Grande (R\$ 304,24), Bangu (R\$ 287,03), Guaratiba (R\$ 234,37) e, por último, Santa Cruz (212,21).

Educação

No quesito educação e conhecimento, a taxa de alfabetização dos moradores, em 2000, é superior à média da Cidade (95,6%), com média de 94,8%. A taxa varia de 96,2% (RA Realengo) até 90,7% (RA Guaratiba), com crescimento em todas as RA's.

Na AP 5, a maior média de anos de estudo pode ser encontrada na RA de Realengo (6,2 anos). Logo atrás está a de Campo Grande (5,9 anos) e a de Bangu (5,7 anos). As piores médias ficam por conta das regiões de Santa Cruz e Guaratiba, com respectivamente 5,1 e 4,7 anos. Todas as regiões administrativas da AP estão abaixo da média municipal: 6,8 anos de estudo.

Diretrizes urbanísticas para a próxima década

A AP 5 deverá receber, ao longo dos próximos anos, grandes investimentos industriais (siderurgia, sobretudo), que criarão novos pólos de emprego e geração de renda e demandarão grandes investimentos em infra-estrutura de transportes, recuperação ambiental, educação, saúde e assistência social. Será necessário um planejamento específico para as áreas a serem afetadas por esses grandes investimentos.

Ao contrário das outras áreas de planejamento, a AP 5 ainda tem áreas com uma clara vocação tanto industrial quanto agrícola que demandam um planejamento

urbanístico, ambiental e de mobilidade específicos.

Por outro lado, será indispensável rever o zoneamento urbanístico em diferentes áreas, inclusive nos diversos centros de bairro, para atrair investimentos do setor formal em moradia e comércio mais qualificado e contribuir para dar centralidade e personalidade específica a alguns bairros hoje esvaziados.

Um gigantesco investimento em saneamento se faz necessário, adotando técnicas e soluções que correspondam às características específicas da área. A bacia de Sepetiba representa um desafio ambiental particularmente grave, que terá que ser enfrentado em conjunto com as esferas estadual e federal.

A infra-estrutura e os sistemas de transporte da região são outro ponto crítico que demandará soluções de transportes de massa, particularmente corredores expressos de ônibus articulados de alta capacidade, com seus sistemas alimentadores, melhora do transporte ferroviário e integração intermodal. É importante também a implantação de um sistema cicloviário abrangente e integrado aos ônibus e trens.

Um grande investimento em moradias para baixa renda, em áreas providas de infra-estrutura ou que o sejam no processo, é vital nos próximos anos. Para tanto, é preciso adequar melhor a legislação urbanística às condições e limitações de investimento e financiamento. Por outro lado, será vital intensificar a regularização de loteamentos irregulares que o são, muitas vezes, em decorrência de falhas na legislação. Os loteamentos, por sua configuração e cultura específica, estão mais próximos de uma integração à cidade formal do que as favelas da região, que também precisam de investimentos em urbanização, associados à contenção.

Por sua extensão, a AP 5 demanda múltiplas soluções, por vezes diferenciadas, mas, como um todo, constitui uma área para a qual mecanismos de concertação e gestão em escala metropolitana tornam-se particularmente importantes, daí a importância, nos próximos anos de instrumentos de gestão compartilhada que incluam as esferas federal e estadual e os municípios vizinhos.

ANEXO

